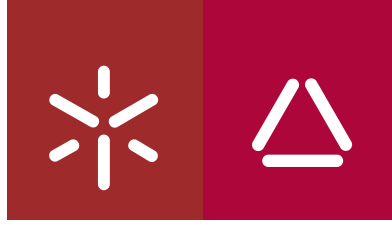


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

David Tomas Afonso

**Representações da Primeira Guerra  
do Ópio em Macau (1839-1842)**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

David Tomas Afonso

**Representações da Primeira Guerra  
do Ópio em Macau (1839-1842)**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor António Manuel Lázaro**  
e do  
**Professor Doutor Rogério Miguel Puga**

setembro de 2018

## DECLARAÇÃO

Nome: David Tomas Afonso

Endereço eletrónico: [david-afonso-hbk@hotmail.com](mailto:david-afonso-hbk@hotmail.com) Telefone: 925376241

Número do Bilhete de Identidade: 13955480

Título dissertação:

Representações da Primeira Guerra do Ópio em Macau (1839-1842)

Orientadores: Professor Doutor António Manuel Lázaro, Professor Doutor Rogério Miguel Puga

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado:

Mestrado em História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO  
APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO  
ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a produção desta dissertação de mestrado.

Aos meus orientadores, o Professor António Lázaro e o Professor Rogério Miguel Puga, pois, sem os seus apoios e orientações, não teria conseguido efetuar este trabalho. À Professora Lin que me permitiu assistir a aulas da unidade curricular História da China, que me permitiram compreender melhor a China da época que estudei. Ao Professor Luís Cabral, que sempre me esclareceu dúvidas que tive relativamente à cultura e política chinesas. À Professora Ukai Kuniko e ao Professor Koster, que lecionaram a unidade curricular História da China e que me despertaram o interesse pela temática, pelo espaço geográfico, e que sempre me incentivaram.

Aos meus pais, José da Conceição Afonso e Anabela da Silva Tomás, que sempre me apoiaram e sem os quais esta dissertação não teria sido possível.

A todos os amigos que fiz ao longo dos meus anos de licenciatura e de mestrado nomeadamente, David Ferreira, Joel Perpétuo, Diogo Afonso, Marco Pacheco, Fernando Morgado, Sérgio Ribeiro, Liliana Lopes, Pedro Sobral, Marcos Rijo Mendes, Fátima Rei, Cristiano Sousa, Eduardo Nelson e ao Hugo Toscano Cunha, cujo apoio e amizade foram essenciais ao longo do meu percurso.

## Resumo

A presente dissertação de Mestrado em História analisa a forma como o governo do território de Macau reagiu perante a Guerra do Ópio (1839-1842) e se adaptou à nova conjuntura política no delta do rio das Pérolas. A investigação é o resultado da análise de fontes chinesas traduzidas, portuguesas e inglesas, sendo de salientar as representações do estabelecimento face ao conflito e a reação de Macau no pós-confronto, na sequência da fundação de uma colónia inglesa com condições mais favoráveis ao comércio internacional comparativamente a Macau, Hong Kong.

## Abstract

This dissertation in History analyses the ways that Macao reacted to the Opium War (1836-1842) and how it adapted to the new political challenges in the Pearl River Delta. The research is based on the analysis of translated Chinese, Portuguese and English sources regarding Macao's position regarding the Opium War (1839-1842). The two main points I analyse are Macau's representations of the war and its reaction in the aftermath of the founding of an English colony with more favorable conditions for international trade, Hong Kong.

## Índice

Introdução.....	8
* .....	11
1. A entrega do ópio de Macau e a primeira crise do estabelecimento .....	15
2. A proteção Portuguesa aos súbditos britânicos: a crise da neutralidade e as medidas chinesas.....	19
2.1 O caso Stanton, uma aliança das elites portuguesas e chinesas de Macau .....	26
2.2 A Questão da jurisdição das autoridades portuguesas .....	31
3. As corvetas Britânicas e os interesses da Grã-Bretanha na cidade de Macau.....	34
3.1 Primeira tentativa: uma proteção rejeitada (1839).....	35
3.2 Segunda tentativa: a corveta <i>Hycinth</i> (1840) e a diplomacia internacional.....	37
3.3 Terceira tentativa: um ‘furacão fora de época’ e o tráfico de armas na China (1841-42) .....	40
4. As autoridades portuguesas e Hong Kong: a segunda fase da guerra .....	44
4.1 O Tratado de Nanquim e as suas repercussões .....	48
Conclusão .....	54
Fontes e Bibliografia .....	58
Anexos.....	60
Tabela da venda do ópio de Calcutá .....	60
Cronologia da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842).....	61

## Índice de Ilustrações

Ilustração 1- Delegado Imperial Lin Zexu. ....	10
Ilustração 2- Ópio Vendido na China (1816-1831).....	13
Ilustração 3- Soldado Manchú, no século. XIX. ....	22
Ilustração 4- Mapa da Vila de Macau e arredores. ....	26
Ilustração 5- Destruição do ópio pelo Delegado Lin.....	35
Ilustração 7- mapa de Cantão .....	48
Ilustração 8- Assinatura do tratado de Nanquim .....	51
Ilustração 9- Feitorias em Cantão.....	53



## Introdução

A Guerra do Ópio (1839-1842) foi um dos mais importantes conflitos da história da China e do colonialismo europeu, bem como no âmbito das relações sino-ocidentais, envolvendo simultaneamente os impérios britânico, português e chinês. Como é sabido, sobretudo no século XIX, após o início das viagens dos barcos a vapor, Macau tentou adaptar-se a uma posição geoestratégica desfavorável no rio das Pérolas, devido ao facto de o nível baixo das águas do delta do rio das Pérolas não permitir que os barcos de grande calado chegassem à linha da costa. Por outro lado, a urbe era também o único local na China onde os estrangeiros poderiam permanecer, o que a tornava um espaço estratégico para e desejado pelos mercadores não portugueses que procuravam comercializar em Cantão. Uma vez que, a partir do século XVIII, os mercadores estrangeiros só poderiam residir seis meses (Outono-Inverno) no complexo das feitorias de Cantão, para adquirir produtos chineses, estabeleceram, em Macau, as sedes das suas companhias e os seus lares, onde residiam nos restantes meses e onde preparavam os seus negócios, evitando regressar à Europa. Foi, aliás, também esse o interesse de Macau para a China: permitir aos chineses negociar com ocidentais sem que estes últimos estivessem na China ‘profunda’, pois permaneciam na cidade murada de Macau, coadministrada pelos portugueses, que, assim, ‘administravam’ a cidade e a estada dos estrangeiros<sup>1</sup>.

Ao longo deste trabalho, responderemos a algumas questões que nos permitirão analisar o papel de Macau durante a Guerra do Ópio, nomeadamente a posição e os interesses da administração portuguesa e a forma como esta encarou e percecionou o conflito, durante parte do qual a urbe luso-chinesa se torna quer o espaço onde os comerciantes britânicos vão efetuar as suas transações, quer o palco de uma luta diplomática entre chineses, britânicos e portugueses. Tentaremos responder a questões específicas como: de que forma se desenrolou esse conflito diplomático? Sendo do conhecimento geral que o governo português deu ordem para o estabelecimento manter uma estrita neutralidade, como terão conseguido os diversos agentes da administração

---

<sup>1</sup> Cf. Rogério Miguel Puga, *A Presença Inglesa e as Relações Anglo-portuguesas em Macau (1635-1793)* (Lisboa: CHAM e Centro Científico e Cultural de Macau, 2009), 99-111.

lusa mantê-la? Durante o conflito, Macau enfrentou várias crises, tanto na relação com os britânicos, como com chineses, estando numa situação difícil, tentando um aparente equilíbrio entre os interesses do mais velho aliado de Portugal na Europa e os interesses do imperador, o ‘dono da terra’. Qual foi a reação das autoridades portuguesas e a sua opinião face à agressividade do delegado imperial Lin Zexu, quer por não lhe entregarem o ópio de Macau, quer por, alegadamente, os lusos protegerem os súbditos britânicos? Durante a Guerra do Ópio, as autoridades britânicas procuraram ocupar o estabelecimento por três vezes (1839, 1840, 1841), pelo que analisaremos como reagiram as autoridades portuguesas para não ferir a velha aliança anglo-portuguesa, e, ao mesmo tempo, escudarem-se das pretensões britânicas? Se uma das consequências da Guerra do Ópio foi a entrega de Hong Kong pela China à Grã-Bretanha, como terão encarado as autoridades portuguesas o nascimento desse estabelecimento que não passava, até então, de um mero porto de escala de grandes navios de carga? Ao longo deste trabalho, tentaremos assim responder à questão principal: como foi percebida e representada a Primeira Guerra do Ópio no estabelecimento de Macau?

Para respondermos a essas questões, analisámos fontes portuguesas já publicadas, cruzando-as com fontes chinesas traduzidas e com fontes britânicas. Entre as primeiras, encontramos o conjunto de ofícios enviados pelo Juiz de Direito, José Maria Rodrigues de Bastos, e o seu relatório sobre a “Crise no Comércio do Ópio”. A análise desta última fonte é imprescindível para a compreensão da crise de Macau no ano de 1839, pois, o autor anexa, ao seu texto, vários editais do Leal Senado e diversas chapas do mandarinato, o que possibilita, numa primeira abordagem, acompanhar e cruzar fontes chinesas traduzidas com os editais e ofícios das autoridades portuguesas da cidade. Estas fontes permitem também definir a posição política das elites do estabelecimento entre 1839 e 1840, e estudar a sua interação com os britânicos e com os chineses. Analisando as fontes sínicas, nomeadamente as chapas dos Mandarins e o edital enviado pelo delegado imperial Lin Zexu, poderemos, à primeira vista, tirar conclusões menos exatas, se apenas consultarmos fontes portuguesas e britânicas, pois essas fontes chinesas revelam a intenção das autoridades sínicas de expulsar os mercadores britânicos, bem como a forma de lidar com os estrangeiros, sendo graças ao cruzamento de fontes chinesas e portuguesas que sabemos como decorreu a visita do delegado Imperial Lin Zexu a Macau e como esse episódio foi interpretado por ambas as partes.



Ilustração 1- Delegado Imperial Lin Zexu<sup>2</sup>

A nossa análise das relações entre as autoridades portuguesas e britânicas foi levada a cabo sobretudo com recurso aos ofícios do governador português Adrião Acácio da Silveira Pinto relativos às sessões extraordinárias do Leal Senado, e também à sua correspondência com o Ministro da Marinha e Ultramar, documentação que nos permite compreender melhor a diplomacia portuguesa face aos interesses da Grã-Bretanha. Seriam as relações dos britânicos com as autoridades portuguesas pautadas pela desconfiança devido à rivalidade comercial? Qual seria a posição do governador português, tendo em conta que fora enviado pela metrópole e ‘sofre’ também um choque cultural ao chegar à China? A presente dissertação tem como objetivo responder a estas questões para analisar as representações da Guerra do Ópio nas fontes de Macau e sobre Macau (britânicas e chinesas), bem como a forma como esse estabelecimento conseguiu ultrapassar as várias crises que enfrentou nesse período, e como esses episódios foram interpretados pelas autoridades lusas.

---

<sup>2</sup> Alexander Murray. 1843. “Doings in China”: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Commissioner\\_Lin\\_2.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Commissioner_Lin_2.png) (Consultado a Junho 2018).

\*

Durante o século XIX, Macau foi co-administrada pelas autoridades portuguesas (sobretudo o o Senado e o Governador) e chinesas (os mandarins e os tao-tais). O poder administrativo em Macau era exercido pelo Leal Senado, pelo Governador e pelo Ouvidor, que estavam, muitas vezes, em sintonia, não obstante o governador e os ouvidores representarem os interesses da Coroa e a centralidade administrativa, e o Leal Senado representar os interesses locais. Esta situação alterou-se em 1783, momento a partir do qual a metrópole reduziu os poderes do Leal Senado e aumentou o poder do Governador e dos Ouvidores, chegando mesmo a definir-se que o Governador presidiria ao Leal Senado e assistiria às suas reuniões e sessões. O Governador passou a ter o poder de confirmar as decisões levadas a cabo pelo Senado, detendo o poder militar, muitas vezes reforçado pelo poder da metrópole que acreditava que esse reforço significava maior capacidade para fazer valer a sua vontade.

O Leal Senado integrava vários elementos da oligarquia comercial local, geria a cidade, resistindo a, ou afastando, a interferência da metrópole e a influência estrangeira. O Senado tinha ainda funções executivas, legislativas, assim como diplomáticas, encarregava-se da aplicação e recolha de impostos, do cumprimento de leis e da manutenção e gestão dos gastos da cidade. O Senado tinha também um procurador próprio para tratar dos assuntos chineses, que estabelecia a ligação com o mandarinato e se encarregava das negociações com as autoridades chinesas e estrangeiras, procurando gerir os conflitos entre as mesmas e o Senado, assim como “instruir primariamente os processos judiciais envolvendo os chineses, antes de os mesmos serem entregues ao vice-mandarinato”<sup>3</sup>. Esse procurador era, por outro lado, a peça chave das relações no jogo diplomático português e chinês durante épocas de crise, como foi o caso do período durante o qual se desenrolou a Guerra do Ópio. Em algumas situações, esse procurador foi o meio encontrado pelo Senado para conseguir reforçar a sua posição face ao governador, pois obrigava este a consultar o Senado. O procurador era também considerado pelas autoridades chinesas parte da sua estrutura administrativa e judicial, tendo passado a estar sob a tutela do governador apenas a partir de 1847.

---

<sup>3</sup> Paulo Drummond Braga, “A Organização Administrativa,” in *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), 305.

As autoridades chinesas eram, no fundo, constituídas pelos mandarins militares e civis, que normalmente não exerciam o cargo por períodos superiores a três anos. Esses cargos eram ocupados recorrendo ao sistema nacional de exames e distribuíam-se por nove graus. No caso de Macau, os mandarins ocupavam, normalmente, graus medianos, entre o terceiro e o quarto. Inicialmente, os mandarins relacionavam-se apenas com o já referido procurador, que tratava dos assuntos chineses da urbe.

O Tao-tai (intendente) exercia poderes policiais e tributários, dependia do mandarim, exercendo também funções de natureza militar, podendo comandar um exército de cerca de dois mil homens. O Zongdu (vice-rei), funcionava como representante imperial, exercendo o poder judicial, legislativo e executivo, estava acima dos governadores e supervisionava três províncias. O elevado poder do Zongdu é exemplificado pela ação do delegado Lin Zexu, que, pouco antes do conflito de que nos ocupamos, toma medidas agressivas contra os traficantes de ópio, cercando as feitorias estrangeiras em Cantão e desencadeia a Guerra do Ópio. As autoridades chinesas comunicavam com as autoridades portuguesas através de ‘chapas’,<sup>4</sup> e, muitas vezes, em caso de conflito com as autoridades portuguesas, fizeram-se valer da força militar, fechando as Portas do Cerco cidade e impedindo a entrada de víveres e água na cidade. Esse foi, durante séculos, o método das autoridades sínicas para forçar os portugueses a respeitar as suas ordens.

Segundo João Carlos Oliveira<sup>5</sup>, Macau era composta, sobretudo, por três comunidades a chinesa, a europeia e a macaense, normalmente constituída por filhos de casais luso-chineses. Essas comunidades ao longo do tempo foram chocando politicamente, sendo que os confrontos normalmente envolviam a comunidade chinesa e a europeia e terminavam sempre com a intervenção do Leal Senado e com negociações com os mandarins locais. Economicamente, Macau estava dependente do comércio internacional, regulado pelas autoridades portuguesas, as quais procuravam lucrar com os impostos e se muitos comerciantes locais tentavam afastar comerciantes estrangeiros, os mesmos comerciantes aliavam-se a estrangeiros no caso do tráfico de ópio. Devido a essa ligação, nem sempre se cumpriam as ordens emitidas pela metrópole ou as ordens das autoridades chinesas, como, por exemplo, de expulsão ou de interdição a

---

<sup>4</sup> Documentos de correspondência oficial entre as autoridades chinesas e portuguesas.

<sup>5</sup> João Carlos Oliveira, “Sociedade e Quotidiano,” in *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), 315-446.

estrangeiros de permanecer no território, pois em grande medida os mercadores locais estavam ligados economicamente aos britânicos, especialmente durante a Guerra do Ópio. O anfião era o produto mais lucrativo que se traficava em Macau e Cantão. Os comerciantes da droga não pagavam direitos imperiais, pois o negócio era ilegal, mas os chineses teriam começado a taxá-lo de forma ilegal para que os mandarins permitissem a sua entrada. Em Macau, o tráfico era ilegal, mas, ao mesmo tempo, as autoridades portuguesas ignoravam-no, pois o volume era tanto (cf. Tabela 1) sendo virtualmente impossível ou vedá-lo aos mercadores estrangeiros.

Ilustração 2- Ópio Vendido na China (1816-1831)<sup>6</sup>

Anos	Nº de Caixas	Valores (réis)
1816/17	3210	2633040
1817/18	3680	2811060
1818/19	4580	2994660
1819/20	4600	4019904
1820/21	4770	6048576
1821/22	4628	5986512
1822/23	5822	5752029
1823/24	7082	6130872
1824/25	8566	5486130
1825/26	9621	5477907
1826/27	9969	6919261
1827/28	9475	7456919

<sup>6</sup> Dados retirados de Fernando Figueiredo. “Os Vectores Da Economia.” in *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, 143. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

1828/29	13132	9023842
---------	-------	---------

Segundo Fernando Figueiredo,<sup>7</sup> gradualmente Macau perdeu a exclusividade do tráfico do ópio para Cantão, e, para evitar este problema, desde cedo e apesar das proibições portuguesas e chinesas, os macaenses começaram a tentar centralizar o comércio do ópio em Macau, muitas vezes tentando convencer os mercadores britânicos de que não era seguro traficar através de Cantão e, ao mesmo tempo, abolindo algumas restrições ao tráfico. Macau consegue, então, oferecer uma certa regularidade de tráfico, segurança e hospitalidade, conseguindo assim atrair muitos estrangeiros dado que estes poderiam instalar-se na cidade.

---

<sup>7</sup> Fernando Figueiredo, "O Tráfico do Ópio: da Índia à China," In *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), 142-152.

## 1. A entrega do ópio de Macau e a primeira crise do estabelecimento

A Guerra do Ópio teve início quando, em 1839, após vários éditos imperiais a proibir o tráfico estrangeiro de ópio na China, o imperador Daoguang rejeitou uma proposta de legalização desse comércio e atribuiu ao delegado Lin Zexu poderes supra-ordinários para se deslocar à província de Guangdong (Cantão) e pôr termo ao tráfico, uma vez que o consumo de droga e o vício se haviam tornado um perigo para a saúde pública chinesa<sup>8</sup>. Ao chegar a Cantão, o foco principal do tráfico do ópio proveniente da Índia britânica, o comissário implementou um conjunto de estratégias para evitar a venda da droga ilícita. Começou por tomar algumas medidas, designadamente encerrou opiários, prendeu consumidores e traficantes chineses, propôs alternativas a esse comércio e, finalmente, assumindo uma postura mais agressiva contra o tráfico e contra os comerciantes britânicos, proibiu os chineses de trabalhar para os estrangeiros e de lhes venderem víveres até que estes lhe entregassem todas as caixas de ópio. O comissário prendeu vários mercadores, ainda que por um curto período de tempo, levando o responsável britânico, Charles Elliot, a pedir instruções ao parlamento britânico, começando por afirmar que o tráfico do ópio é indefensável, contudo não o poderia suspender devido à pressão dos mercadores britânicos e, por outro lado, à sua articulação como o proveitoso comércio de chá<sup>9</sup>.

Quando começaram a chegar a Macau as notícias vindas de Cantão sobre as resoluções do comissário imperial, as autoridades portuguesas aproveitaram para tomar medidas preventivas e, assim, evitar sofrer represálias semelhantes às aplicadas em Cantão. Logo no ofício de 27 de maio de 1839, pode ler-se que o governador previu que essas repercussões poderiam chegar ao estabelecimento, onde eram guardadas 1200 caixas de ópio. O governador reuniu com o Senado para debater o assunto e proibiu imediatamente a introdução do ópio na cidade de Macau, dando notícia de que os

---

<sup>8</sup> Peter Ward Fay, *The Opium War* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1975) 143.

<sup>9</sup> À semelhança do que já acontecera no período em que a East India Company deteve o monopólio britânico do comércio do chá na China (1700-1833), os comerciantes chineses exigiam prata como pagamento do chá adquirido pelos britânicos, pelo que estes últimos importavam ópio da Índia para a China, que os chineses pagavam com a prata depois utilizada pelos primeiros para adquirir chá. Quanto mais chá a Grã-Bretanha bebesse e comprasse, mais ópio teria que ser vendido na China.



mercadores tinham resolvido mandar a mercadoria ilícita para Manila, para evitar que as medidas aplicadas a Cantão fossem implementadas no estabelecimento.

O governador afirma que “se as coisas passarem em Macau, como espero, é possível que deste extraordinário acontecimento possa provir um manancial de bens para este tão decadente estabelecimento”<sup>10</sup>, o que demonstra que o governador esperava dos estrangeiros a utilização do estabelecimento como um substituto do porto de Cantão, pois estes não iriam querer abandonar o comércio com a China. No entanto, a administração chinesa da cidade teve outra opinião, podendo ler-se numa chapa do Mandarim da Casa Branca que, como o “Senado já tinha proibido a importação dessa droga, ameaçando castigar aos infratores, denotam [os portugueses] pois uma grande inteligência, e na verdade são dignas de Louvor”<sup>11</sup>. À primeira vista, pode afirmar-se que as autoridades chinesas em Macau estavam satisfeitas com as medidas aplicadas pelo Senado, referindo o documento que ainda existia bastante ópio em Macau e que a droga deveria ser entregue ao delegado Lin para que se procedesse à sua destruição. A essa chapa sínica seguiram-se outras mais agressivas que ameaçavam fechar o porto de Macau e não consentir que os habitantes chineses tivessem qualquer tipo de contacto com os portugueses, concluindo: “dará uma busca um a um, seguir-se-ão depois severos castigos então talvez os portugueses não possam habitar por mais tempo Macau”<sup>12</sup>. Essa postura agressiva sínica para com os portugueses será uma constante ao longo da Guerra do Ópio (1839-1842), no entanto os chineses mantêm essa postura também para com todos os outros estrangeiros, em particular com os britânicos. Essa atitude é adotada pelo delegado Lin Zexu logo que chega a Cantão. Segundo Luís Cabral<sup>13</sup>, o delegado imperial, começa por adotar medidas persuasivas e, mais tarde, agressivas quer com consumidores, quer com traficantes, afirmando o memorial de Lin Zexu: “caso queiramos tê-los na mão, deveremos cobri-los de mercês. Por qualquer irregularidade que cometem sujeitá-los-emos à lei”<sup>14</sup>.

As autoridades de Macau, para sustentarem a neutralidade, rentabilizam a relação previamente existente com os mandarins, começando por nomear uma comissão

---

<sup>10</sup> Adrião Acácio da Silveira Pinto, “Documento n.º 1,” in *Macau e a I Guerra do Ópio*, ed. Alfredo Gomes Dias (Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1993), 102.

<sup>11</sup> João Rodrigues Gonçalves, “Documento n.º 3,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História das Relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, vol.1, ed. António Vasconcelos de Saldanha (Macau: Fundação Macau, 1998), 69.

<sup>12</sup> Gonçalves, “Documento n.º 5,” 72.

<sup>13</sup> Luís Cabral, “De Qianlong a Mao Zedong,” in *A Herança de Confúcio*, org. Sun, Lam (Famalicão: Húmus, 2013), 233-239.

<sup>14</sup> Lin Zexu, “Memorial de Lin Zexu” in *Para a Vista do Imperador*, ed. António Vasconcelos de Saldanha e Jin, Guo Ping, (Macau: Imprensa Oficial de Macau, 2000), 78.

consultiva composta pelos ilustres da cidade e pelos principais comerciantes, para apoiarem o Senado e o governador na tomada de decisões<sup>15</sup>. O referido juiz envia, então, um relatório ao barão da Ribeira Saborosa, onde se lê que as autoridades chinesas tinham aprovado as medidas adotadas por Macau. O mesmo juiz dá conhecimento que as autoridades portuguesas colaboravam com as autoridades chinesas para “limpeza” da cidade, transferindo todo o ópio e lançando editais advertindo os habitantes das consequências, caso estivessem envolvidos no tráfico da droga. Esse documento demonstra também que era já habitual chineses viciados em ópio vestirem-se à ocidental e arrendarem casas para poderem fumar sem serem presos pelos agentes dos mandarins, o que leva o Senado a lançar um edital a proibir tal prática e a ameaçar castigar severamente os criminosos. Quando, posteriormente, foi preso, pelo mandarinato, um chinês “anfionista” que afirmava ter comprado ópio em Macau, surgiu uma nova vaga de contestação por parte do mandarinato, que ordenava nos termos “mais decisivos, e ameaçadores, para que no prazo de três dias, todo o ópio que estivesse guardado em Casas Portuguesas de Macau, lhes fosse entregue”<sup>16</sup>, tendo o juiz considerado que o tom da chapa enviada pelo mandarim era ameaçador. O Senado publicou novamente editais a reforçar as medidas anteriores, dando-se também a prisão de um traficante, com o objetivo, segundo o juiz, de “afastar desta cidade, toda a suspeita da existência de ópio”<sup>17</sup>. A resposta a essas intimidações por parte do Senado foi a mesma, ou seja, afirmou que não existia ópio em Macau e refutou os argumentos das chapas do mandarinato. O Senado começa a concretizar as suas medidas para provar aos mandarins a sua seriedade e salvaguardar o estabelecimento, como podemos ver no ofício de 2 de maio de 1839, em que o Juiz de Direito José Maria Rodrigues de Bastos, afirma ter prendido um traficante que possuía instrumentos para preparar a droga e ter ópio cru e cozido. A 11 de maio, Macau recebe outra chapa dos mandarins a exigir que todo o ópio encontrado em Macau fosse conservado e mais tarde entregue ao Delegado para ser destruído. Nessa mesma data, o Juiz dá conhecimento de duas minutas de resposta apresentadas por duas forças distintas, o Governador e o Senado. Embora em sessão se tenha optado pela minuta da Comissão Consultiva, pois esta, segundo o Juiz,

---

<sup>15</sup> Alfredo Gomes Dias, “1839 Um Ano de Crise em Macau,” in *Sob o Signo da Transição Macau no Século XIX*, (Macau: Imprensa Oficial de Macau, 1998), 43-52. Sobre a neutralidade de Macau durante a Guerra do Ópio veja-se este estudo e outros de Alfredo Gomes Dias indicados na nossa bibliografia final e a antologia de fontes referida na nossa nota seguinte.

<sup>16</sup> José Maria Rodrigues de Bastos, “Crise fatal no Comércio de Ópio em consequência das medidas violentas do Governo Chinês. E conduta acertada e prudente dos Portugueses de Macau durante ela,” in *Coleção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, vol. 1, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 60.

<sup>17</sup> José Maria Rodrigues de Bastos, “Crise fatal no Comércio de Ópio em consequência das medidas violentas do Governo Chinês. E conduta acertada e prudente dos Portugueses de Macau durante ela,” 61.

era mais prudente, e a cidade receava que uma resposta por parte das autoridades chinesas fosse fatal. A minuta do Governador era mais agressiva, afirmando que Macau não sofreria insultos, e que, apesar de usar todos os meios de persuasão, não hesitaria em usar a força, em caso de necessidade de defesa. Tal argumento é bastante plausível e real, pois o Governador era o representante da metrópole, e, como tal, defendia os interesses coloniais lusos e usava essa argumentação perante os britânicos os chineses. O Senado e a Comissão Consultiva defendiam os interesses locais e, como tal, tinham muito mais a perder, tendo optado por medidas mais diplomáticas e conciliadoras. O documento mostra também, na secção das observações, a opinião do juiz sobre as potências em questão: os chineses, conhecidos como “venais, tiveram à época de se mostrarem firmes, e severos nas suas medidas, não olhando ao dinheiro, nem ao interesse”<sup>18</sup>. O conflito sino-britânico afecta assim o quotidiano e a política do estabelecimento português, que, com veremos, se vai vendo forçado a adaptar-se a novas situações e a sucessivos jogos de poder, tentando, sempre e a qualquer custo, sobreviver, como fazia desde cerca de 1557. Durante a Guerra do Ópio, Macau viu-se forçada a ter que diplomaticamente agradar aos seus mais velhos aliados na Europa e simultaneamente aos ‘senhor da terra’, o imperador chinês, pois tratava-se de defender sobretudo os interesses de Macau, e, como é sabido, tal foi feito através do recurso à (suposta) neutralidade no âmbito desse conflito, sendo óbvio que Macau teria sempre que se colocar estrategicamente do lado das autoridades sónicas para sobreviver<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> José Maria Rodrigues de Bastos, “Crise fatal no Comércio de Ópio em consequência das medidas violentas do Governo Chinês. E conduta acertada e prudente dos Portugueses de Macau durante ela,” 67.

<sup>19</sup> Veja-se o estudo de Alfredo Gomes Dias, *Macau e a I Guerra do Ópio* (Lisboa: Instituto Português do Oriente) 1993.

## 2. A proteção Portuguesa aos súbditos britânicos: a crise da neutralidade e as medidas chinesas

A 22 de março de 1839, o superintendente dos negócios britânicos, Charles Elliot, informou o Governador português de que os súbditos britânicos em Cantão “estavam detidos contra a vontade dos mesmos”<sup>20</sup>. Elliot não confiava na moderação das autoridades chinesas e pediu a proteção das autoridades lusas de Macau. Nesse mesmo dia, o Governador português referia a Elliot a “pouca confiança que tem justiça e moderação do Governo chinês para com os súbditos britânicos residentes em Cantão”<sup>21</sup>, informando que se comprometia a fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para proteger os comerciantes britânicos exceto aqueles que se encontrassem envolvidos no tráfico do ópio. Nessa altura, mal poderia o Governador imaginar as implicações diplomáticas que tal decisão acarretaria para o estabelecimento de Macau, pois, no aviso que publicou a 13 de abril, Charles Elliot notificou todos os súbditos britânicos para se dirigirem para a cidade, originando assim uma situação problemática que duraria quase todo o conflito. Elliot também ofereceria ao Governador português todos os recursos disponíveis para defender Macau contra as autoridades chinesas. Apercebendo-se das intenções britânicas, o Governador rejeita a proposta de auxílio britânico, afirmando que Macau se encontrava numa posição de austera neutralidade e em estado de defesa. Outro ponto a considerar é o facto de o Governador não acreditar nas ameaças das autoridades chinesas e de os portugueses responderem às chapas dos mandarins de “um modo terminante, e positivo fazendo-lhe ver que os súbditos britânicos se retiram espontaneamente”<sup>22</sup>. O Governador, com perseverança, conseguiu assim evitar uma crise, mas também não se pode negligenciar a publicação aos súbditos britânicos em Macau, em agosto de 1839, na qual Edward Elmslie afirma ter conhecimento de que as autoridades chinesas terão ordenado aos habitantes portugueses para expulsarem os empregados aos britânicos e pararem de lhes vender víveres, exigindo que seguissem para Hong Kong, para não comprometer mais os portugueses junto das autoridades britânicas.

---

<sup>20</sup> Barão da Torre de Moncorvo, “doc. n.º 9,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História Das relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, vol. 1, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 107.

<sup>21</sup> Barão da Torre de Moncorvo, “doc. n.º 9,” 107.

<sup>22</sup> Pinto, “Resposta do Governo à Nota antecedente,” 115.

No ofício de 16 de setembro de 1839, o Governador refere que a correspondência trocada com os mandarins é insultuosa e indigna devido à forma como os mandarins tratam os portugueses, assim como o é a estagnação do comércio português por inerência dos confrontos ocorridos em julho de 1839 envolvendo marinheiros britânicos, americanos e chineses. O documento refere também que a forma de se dirigirem às autoridades portuguesas tem mais de trezentos anos, e já se poderia ter alterado “se em algum tempo algumas Autoridades que me precederam tivessem mais patriotismo”<sup>23</sup>. A 12 de setembro de 1839, em Hong Kong, Charles Elliot veio novamente “pedir a proteção, ou abrigo para os Negociantes Britânicos, suas famílias em Macau”<sup>24</sup>. O pedido prova que, apesar de vários britânicos terem partido com o superintendente Britânico, alguns mercadores e as suas famílias teriam permanecido em Macau, ou terão decidido voltar ao estabelecimento. Em resposta, o Governador português considera justo que os britânicos voltem para Macau, caso considerem estar protegidos sob o pavilhão português, afirmando também que o Governo Chinês tem um “caráter altivo, e desconfiado daquele governo, e o modo despótico com que ele sabe fazer executar as suas determinações”<sup>25</sup>. O Governador volta a demonstrar a sua opinião negativa das autoridades chinesas e promete que nunca daria ordem para que os britânicos se retirassem de Macau. Na cópia da sessão do Leal Senado de 8 de janeiro de 1840, o Procurador Vicente Jorge apresenta a chapa do Mandarim da Casa Branca que ordena a suspensão do comércio com os súbditos britânicos que se dirigissem a Macau e a prisão de Charles Elliot. O documento pedia ao Governador para que não houvesse mais proteções para com os britânicos, caso contrário os portugueses incorreriam no mesmo castigo. O Mandarim procurava também que as autoridades portuguesas colaborassem com as chinesas para evitar o desembarque do superintendente britânico e ajudar a prendê-lo. A chapa de 15 de janeiro consiste no édito do Delegado Imperial Lin, que procura novamente fazer ver às autoridades portuguesas que os britânicos deliberadamente abriram fogo de artilharia pesada para proteger os traficantes do ópio. Lin afirma que “os ingleses se excluíram a si mesmos (...) Mas, se vos atreverdes a dar proteção aos ingleses, para entrarem clandestinamente

---

<sup>23</sup> Pinto, “doc. nº 3,” 119.

<sup>24</sup> Charles Elliot, “doc. nº 1,” in *Macau e a I Guerra do Ópio*, ed. Alfredo Gomes Dias (Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1993), 122.

<sup>25</sup> Pinto, “doc. nº 2,” 124.

no porto, sereis também punidos com a mesma severidade”<sup>26</sup>. Lin queixa-se também que, em várias ocasiões, navios de guerra britânicos atacaram embarcações dos mandarins para proteger os traficantes de ópio e recusaram entregar o assassino de um chinês vítima num conflito com marinheiros britânicos e americanos, apela ainda para que as outras nações estrangeiras respeitem o édito imperial. As autoridades portuguesas ignoraram esse édito, como se pode confirmar pela chapa n.º 9, através da qual os mandarins se queixam de que os portugueses, apesar dos avisos, não deixaram de arrendar casas aos súbditos britânicos, que continuaram a desembarcar na cidade, sem qualquer tipo de incómodo. Os mandarins queixam-se de que o Procurador ainda não havia respondido à sua chapa de expulsão dos britânicos e de Charles Elliot. Na chapa de 23 de janeiro, os mandarins faziam saber ao Procurador que Elliot tinha desembarcado em Macau, o que para as autoridades chinesas era muito estranho, pois, segundo o édito imperial, o comércio estava proibido, e, logo, nem compreendiam por que motivo os britânicos se dirigiam à cidade, pois esta era território do “Império Celestial”<sup>27</sup>. Recorde-se que, para os chineses, o Império (sínico) do Meio era o centro do mundo e todos os outros reinos seriam seus vassallos.<sup>28</sup> Como tal, as autoridades chinesas não entendiam a resistência estrangeira ou britânica, assim como não entendiam o facto de as potências estrangeiras não cumprirem as ordens imperiais, pois “as potências ocidentais consideravam ridículas as reivindicações chinesas de soberania sobre a Europa e a Ásia”<sup>29</sup>. As autoridades chinesas também não tinham forma de saber, graças a uma forte política de isolamento, que as nações estrangeiras, em especial a britânica, possuíam uma tecnologia militar que ultrapassava em muito os “Eight banerman”<sup>30</sup>. Assim, consideravam que o seu exército era uma força superior à das potências estrangeiras, tal como se pode verificar durante a embaixada de Lord Macartney, que afirmou que o seu guia falara como se os canhões não fossem novidade na China. De facto, os canhões já eram conhecidos pelos chineses, mas estes não tinham o alcance dos britânicos. Apesar da rígida conduta chinesa parecer desatualizada, tinha

---

<sup>26</sup> Leal Senado, “Cópia da Sessão do Leal Senado de 15 de janeiro de 1840,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História Das relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, vol. 1, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 222.

<sup>27</sup> José Joaquim Barros, “Cópia da 2ª Ata da Reunião com a Comissão Consultiva,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História Das relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, vol. 1, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 228.

<sup>28</sup> Henry Kissinger, *Da China* (Lisboa: Quetzal, 2011), 51-110.

<sup>29</sup> Kissinger, *Da China*, 52.

<sup>30</sup> Unidades militares manchus, compostas por manchus e mongóis. No século XIX, grande parte desta unidade encontrava-se desatualizada, e, em muitos casos, os seus membros estavam fisicamente enfraquecidos devido ao consumo de ópio. Essa unidade militar era também a organização básica da sociedade Manchú.

“funcionado durante séculos na organização e sustentação de uma importante ordem internacional”<sup>31</sup>.



Ilustração 3- Soldado Manchú, no século XIX<sup>32</sup>

A 28 de janeiro, os mandarins informam Macau da intenção de enviar um Tao-tai acompanhado por um exército para proteger o enclave e criar vários obstáculos aos súbditos britânicos que pretendessem entrar na cidade. Face a esta ameaça, as autoridades portuguesas decidiram não obedecer às chinesas, pois um conflito com os britânicos causaria mais problemas ao império português do que os transtornos que os chineses pudessem fazer em Macau. A cidade informa também o mandarinato que, até à data, tinha obedecido às diretrizes do Império Celestial e que o magistrado não devia trazer soldados, pois “isso poderá dar causa a desordens”<sup>33</sup>. A 31 de janeiro de 1840, o Procurador de Macau reúne-se com o Tao-tai para debater a presença britânica no estabelecimento, e este último começou por assumir uma postura calma, procurando fazer ver às autoridades portuguesas “o perigo em que estão os portugueses”<sup>34</sup>. São visíveis duas posturas diferentes, a das autoridades chinesas, mais autoritária, agressiva,

<sup>31</sup> Kissinger, *Da China*, 61.

<sup>32</sup> Charles Wirgman. 1857. “A Chinese soldier bearing weapons on his back and riding a horse”. Consultado a junho 2018. <https://www.europeana.eu/portal/en/record/9200579/qmcauudh.html>

<sup>33</sup> Barros, “Cópia da 2ª Ata da Reunião com a Comissão Consultiva,” 230.

<sup>34</sup> Autor desconhecido, “doc. nº 4,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História das Relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, vol. 1, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 97.

mas apesar de tudo conciliadora, e a das autoridades portuguesas, ponderada e neutral. O Tao-tai começa por fazer ver ao Procurador que muitos britânicos habitam em Macau e que tal facto causa grandes constrangimentos aos portugueses. O Procurador alega que Macau é neutral e que Portugal não teria a capacidade de aguentar uma guerra contra a Grã-Bretanha. Novamente, o Tao-tai procura convencer as autoridades portuguesas de que possui os meios para expulsar os britânicos da cidade e de que só por boa vontade não o tem feito. Esta atuação é bastante comum nas autoridades chinesas que começam por adotar uma postura calma, mas ameaçando tomar medidas agressivas, caso as autoridades portuguesas não atuem em conformidade com os éditos imperiais. Outra das medidas tomadas contra a cidade é o encerramento do porto de Macau no mês de janeiro ou fevereiro de 1840. Esta ação é tomada pelo Delegado Lin, dando também ordem para o Tao-tai partir com um exército de cerca de 2000 soldados para Macau e prender todos os ingleses, para que os portugueses sintam o “terror, para assim respeitarem as leis”<sup>35</sup>. Esse edital demonstra a forma como as autoridades chinesas se comportariam futuramente, começando por cercar a cidade, tomando-a depois, matando todos os que resistissem. A fonte revela a opinião que os chineses tinham dos portugueses que escondiam britânicos, mentindo muitas vezes para que eles permanecessem na cidade. As autoridades chinesas, ao mesmo tempo, não compreendiam a relutância portuguesa, como revela a Chapa 22, na qual o Mandarim de Hiam-Xan afirma que se os portugueses não estavam envolvidos com o comércio britânico, por que razão se opunham à entrada do magistrado com soldados para prender os britânicos residentes na cidade. Face às ameaças fixadas no edital, a Comissão Consultiva e o Leal Senado aprovaram as respostas que o Procurador havia dado ao Tao-tai e pediram ao Governador que chamasse Elliot para uma conferência durante a qual os portugueses elencariam os perigos enfrentados pelos portugueses e tratariam de lhe pedir que se retirasse. Na sessão do Leal Senado, a elite local manifestou-se pela clara expulsão de Elliot, para que os habitantes da cidade não fossem atacados por um exército chinês, e seria na sessão de 3 de fevereiro que o Governador e o Juiz Ordinário tomariam a decisão de que até à realização das ameaças dos mandarins não se deveria expulsar Elliot. Confrontaram-se duas posições, uma que defendia o apaziguamento com as elites chinesas, representada maioritariamente pela elite local e mercantil, e outra, representada pela metrópole e pelo Governador, que defendia uma neutralidade

---

<sup>35</sup> Gonçalves, “documento nº6,” 103



absoluta e uma resistência a qualquer agressão por parte da China, aproximando-se cada vez mais esta posição da britânica, pois, segundo o Governador, “não atacam os chinas os nossos direitos, obrigando-nos a expulsar do território, que é nosso, e pela sua única vontade homens sossegados, que aqui lhe não fazem o mais pequeno mal”<sup>36</sup>. Na opinião do Governador, a conferência com Elliot era outro ponto de divergência com o Senado, pois na sua opinião, esta “nada serve senão para nos ridicularizar”<sup>37</sup>. Os transtornos comerciais daqui resultantes eram evidentes, como se pode ler na carta de João de Sousa ao Procurador em que o mercador se queixa de que, apesar de ter respeitado todos os procedimentos legais para transportar a sua carga, fora impedido dado que se encontravam ainda britânicos na cidade de Macau. Ou ainda o caso apresentado pelo Governador ao Senado quando os chineses confiscaram a propriedade de dois navios dinamarqueses, os quais, tendo pertencido anteriormente aos britânicos, não estavam identificados como tal. A 19 de fevereiro uma chapa do Mandarim da Casa Branca declara que, graças ao Tao-tai, as tropas chinesas não haviam marchado sobre Macau para prender britânicos e expulsar os portugueses, afirmando também que os lusos deveriam atestar que não iriam consentir a presença britânica na cidade. A 21 de Março, o Procurador fez saber que corria um rumor de uma possível ação militar chinesa contra a cidade, pois soubera-se que o Mandarim ordenara a construção de uma trincheira no Templo da Barra. O Procurador mostra-se surpreso e afirma que nem quando os britânicos ocuparam as fortalezas os mandarins ordenaram a construção de quaisquer tipos de fortalezas, como tal, a construção de tal fortificação seria fatal para o estabelecimento, pelo que pedia que o Mandarim suspendesse a obra. A 24 de junho leu-se a chapa em que as autoridades chinesas afirmam que, caso as forças inglesas desembarcassem em Macau, marchariam com um exército para as enfrentar, e que, caso os britânicos não o fizessem, as autoridades não mobilizariam os exércitos. A 20 de agosto de 1840 dá-se o primeiro Conselho Geral, e a importância do documento que daí resulta é enorme para se compreender a posição da elite portuguesa do estabelecimento face a uma série de possíveis repercussões do conflito entre britânicos e chineses. Nessa fonte podemos analisar as possíveis medidas a tomar pela urbe e quais as que foram apoiadas pelo Governador, pelo Senado e pela Igreja. O documento afirma-se como resposta por parte do Governador para tentar manter uma estrita e vaga neutralidade.

---

<sup>36</sup> Leal Senado, “Cópia da Sessão de 3 de Fevereiro de 1840,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História Das relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, vol. 1, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 242.

<sup>37</sup> Leal Senado, “Cópia da Sessão de 3 de Fevereiro de 1840,” 243.

Esse Conselho começou por afirmar que o estabelecimento tinha passado por graves dificuldades, no entanto, sem graves consequências. O Governador refere que os sucessos se devem, em grande medida, às suas decisões, disponibilizando os seus ativos, mesmo não tendo obrigação de o fazer, para tentar gerar confiança relativamente às decisões que tomara até a data. Esclarece ainda que nunca fora a favor da reunião de Conselhos Gerais, pois “as decisões rápidas tomadas em grandes reuniões, e em ocasiões arriscadas raras vezes produzem resultados saudáveis”<sup>38</sup>. Fora ele que propusera a reunião, pois não se considerou, apesar da sua força, ser capaz de arcar com a responsabilidade da sobrevivência do estabelecimento, quando tinha, por lei, quem o pudesse apoiar. De novo, pede a confiança da elite local enquanto procura uma certa legitimidade nas decisões que poderia tomar sobre os pontos críticos que apresenta mais à frente no documento, colocando-se numa posição mais favorável perante essa mesma elite. Recorde-se que, nesta época, o Governador, embora com um enorme poder, era visto por muitos como um indivíduo de fora, o que perturbava o exercício das suas funções.

O poder do Governador começara a fortalecer-se desde os inícios do Liberalismo, o que causava um grande desconforto entre a elite local representada no Senado, detentora de um poder económico elevado e marcada por um forte ‘clientelismo’ político. O Governador coloca-se como defensor dos macaenses e das suas propriedades, procurando, de novo, ter o apoio da elite, apresentando quatro pontos, de entre os quais destacamos o terceiro: “Se em consequência do mesmo facto avisos dos mandarins para fazermos retirar os Ingleses, com a cominação de se fechar o bazar &<sup>a</sup>, e fizerem retirar os servidores, qual o comportamento, a seguir-se neste caso”<sup>39</sup>.

Pode entender-se pela votação que a elite eclesiástica confiava no Governador, pois considerava que ele tinha as melhores condições para prever acontecimentos. O comandante do batalhão do Príncipe Regente defendia que se deveria manter, a todo o custo, uma estrita neutralidade e que o exército preferiria a paz a qualquer confronto com as autoridades chinesas. Da mesma opinião era o Juiz de Paz das freguesias de Sé e Santo António, assim como o Vigário desta última, tal como a grande maioria dos cidadãos aí presentes. Temos, pois, um total de sete indivíduos que confiam na prudência do Governador, tendo ele de esgotar todos os meios para convencer, tanto os

---

<sup>38</sup> Barros, “Termo do Conselho Geral acerca das Forças Britânicas nestes mares,” 126.

<sup>39</sup> Barros, “Termo do Conselho Geral acerca das Forças Britânicas nestes mares,” 127.

chineses como britânicos, a não prejudicar o estabelecimento. O procurador Vicente Jorge, todos os vogais do Leal Senado e o Governador eram de opinião que se ignorassem as ameaças chinesas. O Conselho e o exército apoiavam a neutralidade e uma parte considerável do Conselho Geral apoiava as decisões tomadas pelo Governador. O documento aponta para um esclarecimento da votação no Conselho que “não podia tomar restritamente por quebra em neutralidade a falta de víveres no bazar, ou a retirada dos Servidores Chinas”<sup>40</sup>.



Ilustração 4- Mapa da Vila de Macau e arredores<sup>41</sup>

## 2.1 O caso Stanton, uma aliança das elites portuguesas e chinesas de Macau

O bloqueio naval britânico de junho de 1840 provocou o envio de soldados chineses para Macau com a intenção de prender os súbditos britânicos. Durante esse bloqueio, os britânicos apreenderam vários navios mercantes chineses com a respectiva carga, conseguindo, dessa forma, enfurecer o Vice-rei de Cantão, Lin, que, como

<sup>40</sup> Barros, “Termo do Conselho Geral acerca das Forças Britânicas nestes mares,” 131.

<sup>41</sup> Lafite de Brassir. 1781. “A Plan of the town of Macau and of its Portuguese Environs”. Consultado a junho 2018. [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cd/Plan\\_de\\_la\\_Ville\\_de\\_Macao\\_et\\_de\\_Ses\\_Environs\\_aux\\_Portugais.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cd/Plan_de_la_Ville_de_Macao_et_de_Ses_Environs_aux_Portugais.png).

resposta, colocará a cabeça de todos os oficiais britânicos a prêmio. Quando essa medida se revelou ineficaz, pois era raro os chineses conseguirem ter acesso direto a oficiais britânicos, as autoridades sínicas decidiram prender os civis britânicos. Verificaram-se três casos, o primeiro em julho de 1840, em que dois missionários foram atacados por chineses confundidos com mercadores britânicos, o segundo quando os chineses tentaram prender um americano e atacaram, com facas, dois oficiais britânicos em Macau. Todas essas vítimas conseguiram escapar com vida. No entanto, a 5 de agosto dá-se o terceiro caso, um dos mais emblemáticos do conflito, quando Vincent Stanton, tutor numa família de mercadores, parte de manhã para ir nadar na baía de Macau, sendo raptado. O Estabelecimento, que aparentava ser seguro, reagiu, especialmente quando oito navios chineses atracam no seu porto. De acordo com W. Travis Hanes e Frank Sanello,<sup>42</sup> o Governador português mostrou uma certa perspicácia ao tratar desta questão, mas, não tomou qualquer iniciativa. Discordamos dos autores, em primeiro lugar porque existiam duas hipóteses de explicação para o desaparecimento de Vincent Stanton, as quais foram levantadas logo no dia 6: a primeira defendia que seu desaparecimento só poderia ter sido ocasionado “pela perversidade de alguns Chinas que desejosos de obter as recompensas prometidas pelo V. Rei de Cantão, se apoderaram dele”<sup>43</sup>. A outra hipótese defendia que o súbdito britânico se tinha afogado. O Governador notificou, de imediato, o Procurador para averiguar o desaparecimento, mesmo que, para esse efeito, tivesse que gastar dinheiro. O Governador fez também saber que só nesse mesmo dia tivera a certeza de que os mandarins não tinham conhecimento do caso, e que para tal ter ocorrido era necessário ter havido a sua conivência. No dia seguinte, pelas 14 horas, o Procurador teve uma reunião com o Tao-tai para o avisar das consequências nefastas para o estabelecimento, caso o inglês tivesse sido raptado pelas autoridades chinesas. O Tao-tai assegurou-lhe que, se tal tivesse ocorrido, ele certamente teria conhecimento, tendo sérias dúvidas sobre o envolvimento de um chinês no rapto. Dois dias depois do rapto, as autoridades britânicas enviaram uma notificação ao Governador a exigir resposta. Podemos, assim, questionar se as autoridades portuguesas teriam tempo para averiguar, nesse curto período, o que realmente ocorreu, considerando que existiam duas hipóteses para o seu desaparecimento, e tendo havido, por duas vezes, a garantia do mandarinato de que não tinham tido conhecimento do facto. Tal não é plausível. Como se pode confirmar na

---

<sup>42</sup> W. Travis Hanes e Frank Sanello, *The Opium Wars* (Naperville: Sourcebook, 2002) 107.

<sup>43</sup> Barros, “Cópia da Décima quarta Acta da Reunião com a Comissão Consultiva,” 312.

resposta dada pelo Governador às acusações britânicas, levantadas no dia 8, o deputado superintendente dos súbditos britânicos afirmara que, tendo ancorado vários juncos de guerra no porto e tendo havido várias movimentações militares na península, tudo levava a crer que Stanton teria sido raptado por chineses. Analisando a resposta dada pelo Governador, verificamos que, pelo contrário, na opinião de Silveira Pinto, Stanton ter-se-ia afogado na baía de Macau: “sobre conjunturas jamais se podem tirar conclusões certas, e que S. S<sup>a</sup> não tem apresentado prova alguma de que o indivíduo em questão foi levado pelos chinas, quando aliás há suposições fortes em que consequência das diligencias a que ele tem procedido que antes se afogasse”<sup>44</sup>.

O Governador afirmou finalmente que o ato não poderia ter sido cometido por chineses, pois os mandarins não tinham conhecimento do caso, tanto mais que nada acontecia sem o seu consentimento. Relativamente ao atracamento de juncos chineses, o Governador afirmou que era comum navios chineses atracarem no porto de Macau, que o faziam há mais de 300 anos, e termina, a propósito da segurança no estabelecimento, afirmando que este não podia ser responsabilizado por tudo o que se passava no território. No dia 10 começaram a dissipar-se todas as dúvidas, pois novos rumores e uma carta confirmavam que, afinal, Stanton fora raptado e levado para Cantão. E sobre este episódio, os estudiosos britânicos induzem novamente o leitor em erro quando afirmam que o Governador “sent a local Chinese man to confer with Lin”<sup>45</sup>. O chinês enviado por Macau para se encontrar com o Delegado Lin, não é um mero “local”, mas sim o Tao-Tai, uma autoridade chinesa com poderes militares e civis sobre os chineses da urbe. Não se trata, portanto, de um simples residente, como Hanes e Sanello deixam entender, mas sim de um elemento da elite administrativa com poder efetivo, uma das peças chave no jogo diplomático das autoridades portuguesas com as autoridades chinesas. Já Peter Ward Fay<sup>46</sup> admite a possibilidade de o Governador ter tomado alguma medida, pois reconhece a partida do Tao-tai para Cantão, e não de um mero chinês local. O Governador afirmou também que, caso fosse necessário, ele mesmo reclamaria sobre a atitude chinesa. Nesse mesmo dia, o Governador enfrentou uma ameaça verbal do capitão Smith, que o informa que se Stanton não voltasse, ele entraria no Porto Interior com dois navios britânicos e prenderia os mandarins. Analisando este acontecimento, o Governador afirma não se recordar da resposta e que o capitão

---

<sup>44</sup> Barros, “Cópia da Décima quarta Acta da Reunião com a Comissão Consultiva,” 314.

<sup>45</sup> W. Travis Hanes e Frank Sanello, 107.

<sup>46</sup> Peter Ward Fay, *The Opium War* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1975) 246.

britânico só cometeria essas atrocidades quando tivesse “calcado aos pés a Bandeira de S. Majestade Fidelíssima”<sup>47</sup>. O Governador exigiu ao capitão britânico uma intimação por escrito para que quando este pusesse em prática o ato bélico, todas as nações civilizadas tivessem conhecimento. Ao mesmo tempo, o Governador mandou por escrito uma queixa formal contra o capitão a Charles Elliot. Esse documento revela uma postura firme por parte do Governador, com a ordem de manter a todo o custo uma austera neutralidade e também manter o estabelecimento em mãos portuguesas. No dia 11 de agosto, o Procurador queixou-se por escrito às autoridades chinesas, acusando-as de encobrir os factos e responsabilizando-as por todos os danos que os particulares sofreriam pelas atitudes de raptos chineses, e, acima de tudo, pediu que entregassem Vicente Stanton às autoridades portuguesas pois só dessa forma salvariam o estabelecimento de uma intervenção britânica. Nesse mesmo dia, reuniu-se o Senado e a Comissão Consultiva, concluindo-se que não existiam meios para defender a urbe de uma agressão britânica, e sugerindo-se que o Conselho Geral tomasse medidas para enfrentar a situação. A ata dessa reunião não só confirma que as autoridades portuguesas estavam convencidas que o estabelecimento iria ser atacado, na sequência das ameaças proferidas pelo capitão britânico, como reafirma a incapacidade para resistir e, finalmente, regista o evidente mau acolhimento que a agressão britânica teria no plano internacional. Constata-se também que, apesar da situação ser crítica, as elites portuguesas ainda acreditavam que o estabelecimento poderia ser salvo através das várias medidas e das relações diplomáticas construídas ao longo do conflito, quer com britânicos quer com chineses.

Como resposta, o representante britânico assegurou que as intenções do aludido oficial e visavam apenas garantir a proteção dos súbditos da Coroa Britânica e que ele não atacaria Macau. Nesse mesmo dia, o Governador informou A. R. Johnston que, das três vezes que o Procurador se encontrou com o Tao-tai, este último mostrou ignorar o rapto de Stanton, e afirmou também confiar na viagem do Tao-tai para Cantão com as queixas e os protestos portugueses contra o abuso chinês, na esperança do regresso seguro do súbdito britânico, ou, nas suas palavras, esperando “um futuro sossego”<sup>48</sup>. No entanto, quando regressou à cidade com um enorme número de soldados, Macau ficou de novo em estado de inquietação. Tao-tai partiu para Cantão no dia 12, e, nesse mesmo

---

<sup>47</sup> Barros, “Cópia da Décima quarta Ata da Reunião com a Comissão Consultiva,” 318.

<sup>48</sup> Barros, “Cópia da Décima quinta Acta da Reunião com a Comissão Consultiva,” 326.

dia, mandou ao Vice-Rei Lin um ofício avisando-o da sua partida, recebendo ordens de Lin para voltar à cidade, mas o Tao-tai opta por seguir para Cantão. Este documento leva-nos a crer ter havido uma aliança entre as elites portuguesas e chinesas para assegurar o retorno do súbdito britânico. Nesta data, o cerco naval britânico apertara, podendo algumas das autoridades chinesas aperceber-se do seu poderio ao mesmo tempo que eram alvo de várias campanhas diplomáticas por parte das autoridades portuguesas que conseguiram suavizar a postura agressiva das elites administrativas locais chinesas face aos estrangeiros que em Macau não tinham causado grandes transtornos, e finalmente o facto de o Tao-tai desafiar uma ordem direta do Vice-rei Lin. Numa sociedade ‘rígida’, o facto de uma autoridade como o Tao-tai ter desafiado uma ordem do representante imperial era de facto uma grande demonstração de que este tinha tomado como sua a causa das autoridades portuguesas. Quando o Tao-tai chegou a Cantão mostrou a chapa ao Vice-Rei e pediu que Stanton fosse solto. Como resposta Lin terá repreendido severamente o Tao-tai porque ele pedia a libertação de um estrangeiro e não tinha o direito de o fazer, pois Stanton tinha sido preso na baía de Cacilhas e não no estabelecimento, como tal os portugueses não tinham qualquer direito a reclamar.

Lin entregou ao comando do Tao-tai um exército de cerca de 2 mil homens para partirem para Macau com a ordem de prender qualquer britânico que encontrassem. No final da reunião, o Tao-tai teria dito ao Procurador que faria uma vistoria com os generais de armas para os aquartelar o mais longe do estabelecimento, assim como pedia ao Procurador que “fizesse saber aos ingleses, que não só ele não poria em execução a ordem do Lin de os agarrar, nem consentiria que os seus o fizessem; mas é preciso ter [em] agora os ingleses, mais prudência”<sup>49</sup>. Esta atitude demonstra que o Tao-tai e as elites portuguesas se haviam aliado, e que ele tinha a noção do verdadeiro poderio militar britânico, ao contrário de Lin, evitando por isso cumprir as ordens deste último. Conclui-se assim que as autoridades portuguesas e o Tao-tai temiam os britânicos, e que este último apoiou as elites portuguesas na manutenção da neutralidade.

No dia 19 de agosto, a ata da reunião consultiva apresenta o relato da batalha da “Barrier” (batalha da Porta do Cerco). Nela se regista que duas corvetas britânicas abriram fogo sobre os soldados chineses estacionados fora da Porta do Cerco, quer

---

<sup>49</sup> Barros, “Cópia da Décima quinta Ata da Reunião com a Comissão Consultiva,” 327.

dizer, fora da área de jurisdição portuguesa. Na sequência desse episódio, 12 ou 13 navios britânicos desembarcaram soldados, os quais derrotaram completamente as forças chinesas, o que levou o Governador a convocar o Conselho de Guerra, ocasião em que os acontecimentos suscitaram enorme incredulidade. De imediato, o Governador convocou a população, informou-a e armou os militares no Quartel de Santo Agostinho. Ao mesmo tempo, o Procurador participou ao Mandarim que o ataque britânico se devia à presença de tropas chinesas nas proximidades do estabelecimento, que os portugueses já por várias vezes tinham avisado as autoridades chinesas das consequências de trazerem soldados para tão próximo e que “para o futuro continuar a vir tropas Chinas, decerto deve contar com outros ataques semelhantes, que resultarão graves e piores prejuízos aos Portugueses, e aos Chinas”<sup>50</sup>.

A este propósito, W. Travis Hanes e Frank Sanello, registam como os britânicos se sentiram humilhados por recorrerem à mediação portuguesa e, por outro lado, como atacaram as forças chinesas, destruindo juncos de guerra, tal como as peças de artilharia estacionadas nas Portas do Cerco. Como antes, estes autores cometem alguns erros, designadamente ao afirmarem que a batalha ocorreu na baía de Cacilhas quando esta decorreu antes das Portas do Cerco e, em segundo lugar, ao dizerem que a referida batalha naval salvou Macau quando, na verdade, Macau não estava em perigo.

## 2.2 A Questão da jurisdição das autoridades portuguesas

Ao longo do episódio do rapto de Vincent Stanton, coloca-se a questão de se saber se ele se encontrava, efetivamente, em território sob a jurisdição portuguesa. O Tao-tai, numa chapa ao Procurador, afirma que Stanton tinha sido raptado por chineses na praia de Cacilhas, e, como tal, não se encontrava na jurisdição nem do estabelecimento, nem do Tao-tai, nem dos mandarins do distrito, mas sim dos mandarins da Boca do Tigre. A propósito da questão da jurisdição, note-se, desde logo, que o comissário Lin considerava que a jurisdição portuguesa acabava nas portas de S. Lázaro, algo que não era de todo descabido, não incluindo a povoação de São Lázaro,

---

<sup>50</sup> Barros, “Cópia da Secção de 29 de Agosto de 1840,” 331.



habitada maioritariamente por chineses, tal como a baía de Cacilhas, onde se situava um porto de pescadores. Aliás, tudo leva a crer que, muito provavelmente, foram pescadores chineses dessa aldeia que raptaram Vicente Stanton.

A propósito da questão da jurisdição, convirá assinalar que a documentação chinesa, inclusive a correspondência do Delegado Imperial para o Imperador, é muito clara ao afirmar que a Dinastia Ming permitira aos bárbaros habitar Macau, em regime de hospedagem, mostrando que os chineses consideravam Macau território chinês. Aliás, os editais chineses, referindo-se aos portugueses nomeiam-nos, várias vezes, como “Bons e submissos estrangeiros”. Finalmente, não deixa de ser também interessante assinalar, no que respeita aos limites da dita jurisdição e à sua interpretação, a decisão de receber o Delegado Lin, em Macau, a 3 de setembro de 1839, nas Portas do Cerco e não nas Portas de S. Lázaro, o que significa que, na perspetiva portuguesa o limite do território se situava precisamente nas Portas do Cerco.

José da Conceição Afonso,<sup>51</sup> aludindo a Macau, afirma que nesta fase o desenvolvimento urbanístico da cidade, por tradição cultural, era organicista e espontâneo na parte portuguesa, voltada para a baía da Praia Grande, que dependia sempre das licenças dos mandarins, a que os portugueses procuravam sempre que possível não dar cumprimento, ao contrário da cidade habitada por chineses com traçado de arruamentos perpendicular ao Porto Interior. O autor define dois parâmetros de análise, o primeiro, o da fronteira administrativa e o segundo, o da fronteira cultural. Relativamente às fronteiras administrativas, o autor chama a atenção para o facto dos limites administrativos de Macau nunca terem sido definidos nem ratificados pelos chineses e, como tal, sempre terem estado à mercê de uma intervenção militar da China, facto que se pode confirmar nas fontes portuguesas. Na verdade, se as autoridades portuguesas entendiam que os limites do território se situavam entre a Porta de S. Lázaro e as Portas do Cerco, o Delegado Lin não deixava de afirmar que, do ponto de vista administrativo, a Baía de Cacilhas integrava o Império Celestial e o território de Macau não era mais que um território arrendado. Aliás, foi precisamente esta indefinição, tal como o constante receio de um bloqueio chinês, o que deixaria Macau sem água e víveres, que colocou a cidade completamente à mercê dos desígnios sínicos. Para além disso, complicando tudo ainda mais, a cidade intramuralhas encontrava-se dividida em

---

<sup>51</sup> José da Conceição Afonso, “Macau: Uma Experiência De Urbanismo Estratégico e Higiênista (Dos Finais do Séc. XIX aos Começos do Séc. XX),” *Revista de Cultura*, nº 38-39 (Janeiro-Junho 1999): 221-247.

duas partes, a primeira, voltada para o Porto Interior, era ocupada principalmente por chineses que respondiam unicamente às autoridades chinesas, a outra, voltada para o Porto Exterior, era ocupada por portugueses que respondiam às autoridades lusas. Finalmente, convirá não esquecer ainda alguns problemas de natureza cultural que também interferiam com a questão dos limites, refiro-me, mais concretamente, aos cemitérios. Como é sabido, o culto aos antepassados é uma parte fundamental dos ideais confucionistas. Nestas circunstâncias, a existência de vários cemitérios no espaço entre a Porta de S. Lázaro e as Portas do Cerco, não só induziam à proibição expressa dos mandarins, proibindo a construção de casas ou arborização, como arrastavam o mesmo espaço para a dependência administrativa chinesa.

Em conclusão, podemos afirmar que a cidade de Macau era território chinês sob controlo português, sempre em colaboração com as autoridades chinesas, que tinham o controlo da população chinesa e também do abastecimento da cidade. Era grande a ambiguidade administrativa derivada da indefinição dos limites, pois, embora as autoridades chinesas considerassem o território até às Portas de S. Lázaro como arrendado aos portugueses, raramente definiam os seus limites. O espaço entre as Portas de S. Lázaro e as Portas do Cerco, assim como as ilhas da Taipa, Coloane e Verde pertenciam formalmente à China, no entanto esse controlo não era efetivo, sendo constantemente posto em causa pelas autoridades portuguesas, especialmente mais tarde, pela administração do Governador Ferreira do Amaral. Aliás, não foi por acaso que esse Governador mandou demolir as muralhas que passavam pelas Portas de S. Lázaro, precisamente para reforçar a posição portuguesa de que os limites iam do extremo da península de Macau até às Portas do Cerco.

### 3. As corvetas Britânicas e os interesses da Grã-Bretanha na cidade de Macau

A Guerra do Ópio foi o primeiro grande conflito entre uma potência estrangeira e o Império Qing e o primeiro também a tirar vantagem do rápido desenvolvimento industrial britânico. Antes da Guerra do Ópio, as autoridades chinesas organizavam o seu exército com base no chamado sistema de Bandeiras, e a sua principal preocupação não era proteger a China de uma invasão estrangeira, mas sobretudo, no plano interno, de revoltas regionais. O sistema de organização e as chefias do exército chinês era antiquado e desadequado, aos ocidentais. O poderio militar britânico, durante a Guerra do Ópio era composto essencialmente pela marinha britânica, 4 naus, 7 fragatas, 11 corvetas, 12 brigues, 3 escuna, navios maioritariamente de metal e movidos a vapor que tinham a capacidade de se mover a grande velocidade e cuja artilharia tinha um alcance muito maior que a chinesa. Os oficiais britânicos eram profissionais bem treinados que estavam habituados a lutar na Índia, e, logo, tinham uma maior experiência.

Este capítulo procura analisar as tentativas do império britânico de ocupar Macau, ou de utilizar o estabelecimento português como base militar durante a Guerra do Ópio. Como afirma Puga,<sup>52</sup> os britânicos já tinham anteriormente tentado tomar Macau devido à sua posição estratégica na bacia do rio das Pérolas, que lhes permitiria ter um melhor acesso ao comércio de Cantão e às riquezas do Império do Meio. Anteriormente, os britânicos usaram desculpas como, por exemplo, a ameaça francesa, para entrarem na cidade e aí instalarem forças militares. Durante a Guerra do Ópio, a sua estratégia não foi muito diferente levando as autoridades portuguesas a tratar com muito cuidado, e no âmbito diplomático, quer diretamente com os comerciantes e representantes britânicos na cidade, quer na capital britânica, perante Lord Palmerston, ou ainda através de uma possível aliança americana para lutar pelos direitos portugueses. Como veremos, os britânicos tentariam estabelecer-se na cidade quatro vezes.

---

<sup>52</sup> Rogério Miguel Puga, *A Presença Inglesa e as Relações Anglo-portuguesas em Macau*, 163



Ilustração 5- Destruição do ópio pelo Delegado Lin<sup>53</sup>

### 3.1 Primeira tentativa: uma proteção rejeitada (1839)

Em maio de 1839, Charles Elliot o representante dos súbditos britânicos na China, escreve, ao visconde Palmerston uma carta em que afirma a necessidade de Macau ser um ponto de apoio aos interesses britânicos na China. Essa missiva revela a opinião de Elliot sobre o estado do estabelecimento, afirmando que os portugueses haviam aproveitado a queima do ópio do Delegado Lin para transportar o ópio para Manila, que o Delegado Imperial ordenara que soldados chineses ocupassem os fortes da cidade, colocando o estabelecimento à sua mercê, ainda que esta situação não convinha ao império britânico. De facto, Elliot não mentia, ‘distorcia’ a realidade, pois o único motivo pelo qual os chineses ameaçavam entrar na cidade era para prender súbditos britânicos e para pressionar as autoridades portuguesas a expulsá-los da cidade. Elliot afirma que a cidade tinha o grande inconveniente do abastecimento de água e de víveres apenas a partir da China continental, no entanto, com o “command of the seas always in our hands, abundance of disposable shipping, and near neighbourhood of

---

<sup>53</sup> Autor Anônimo. 1839. “City and Suburbs of Canton by a native Artist”. Consultado a junho 2018. [https://ocw.mit.edu/ans7870/21f/21f.027/opium\\_wars\\_01/owl\\_gallery/pages/1839\\_LinDestrOp\\_165pc\\_hkma.htm](https://ocw.mit.edu/ans7870/21f/21f.027/opium_wars_01/owl_gallery/pages/1839_LinDestrOp_165pc_hkma.htm).

Manila, that difficulty is not serious”<sup>54</sup>. Elliot afirma que a segurança da cidade era uma questão secundária para as autoridades portuguesas, mas que, a seu ver, era um ponto de máxima importância, e que por isso colocara um navio em Macau, com cerca de “400 Indian troops, of a poor description, and about 500 Caffre slaves”<sup>55</sup>, informando, desde logo, as autoridades portuguesas. Elliot sugeriu que Palmerston deveria negociar com o Governo Português para que este cedesse os direitos do posto de Macau ou que concedesse direitos defensivos sobre o estabelecimento como potência subsidiária. Afirma também que, com dois navios de guerra e uma guarnição de cerca de 1000 homens, seria possível tornar Macau um ponto nevrálgico para o comércio britânico na baía de Cantão. Quanto ao facto do Porto Interior não permitir, devido ao assoreamento, que grandes navios mercantes pudessem atracar, estes poderiam continuar a utilizar Hong-Kong como ponto de descargas. Elliot também propõe um valor anual de lucros se os britânicos tomassem o estabelecimento e afirma que este não atingiria todo o seu verdadeiro potencial nas mãos dos portugueses. O autor da missiva dá ainda conhecimento da chegada de navios americanos ao porto, que, por sua vez, não representavam qualquer ameaça aos interesses britânicos. Analisando este documento, vemos claramente que os britânicos desejavam tomar posse de Macau a todo o custo, por razões económicas, pois se controlassem as defesas da cidade, controlá-la-iam e, por inerência, o comércio. A 13 de abril, Elliot coloca o dinheiro e todos os súbditos de Sua Majestade Britânica à disposição do Governador de Macau e sugere que este comece a abastecer-se de víveres em Manila. O Governador português tendo a perfeita noção das implicações que isso acarretaria e devido às prévias tentativas britânicas de tomar o estabelecimento apressa-se a recusar a oferta, afirmando que esta, apesar de muito generosa, não podia ser aceite pelas autoridades portuguesas. Analisando as cartas do representante britânico e a resposta do Governador português, podemos concluir que Elliot, com a sua proposta, iniciava o seu plano de tomada pacífica da urbe, com uso do dinheiro britânico para compra de víveres em Manila, o uso de navios e soldados britânicos na defesa da cidade, esperando que o Governador aceitasse o seu apoio face á possibilidade de uma invasão chinesa. Tal não ocorreu. Adrião Acácio da Silveira Pinto, Governador português e de Macau, já se precavera, e apesar de não ter um sentimento antibritânico semelhante ao do Senado, que temia uma ocupação como ocorrera

---

<sup>54</sup>Charles Elliot, “doc. nº 3,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, vol. 1, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 91.

<sup>55</sup> Elliot, “doc. nº 3,” 92.

anteriormente, é nacionalista e pretende, sob a bandeira da neutralidade, evitar que o estabelecimento entre no conflito e caia quer nas mãos dos britânicos, quer nas dos chineses. O Governador rejeita a proposta de Charles Elliot, pois defende os interesses da metrópole e dos mercadores do estabelecimento, mas mantém um discurso sempre muito cordial, pois está ciente do poder britânico, tal como dos laços ancestrais que ligavam os dois países.

### 3.2 Segunda tentativa: a corveta *Hycinth* (1840) e a diplomacia internacional

Após a primeira tentativa britânica de colocar navios e soldados em Macau e após a diplomacia ter falhado, em 4 de fevereiro de 1840, a corveta *Hyacinth* atraca no porto Interior, contra os tratados diplomáticos entre Portugal e a Grã-Bretanha, dando lugar a um incidente diplomático e colocando o estabelecimento numa crise política que poderia ter levado a um conflito militar. Nesse mesmo dia, o Governador redige um protesto contra o capitão Smith e intima-o, bem como ao representante britânico. Nesse protesto, o Governador manifesta, tanto da sua parte como da parte do Leal Senado, a enorme incredulidade pelo acontecimento, tendo em conta que os britânicos tinham conhecimento de que, pelos tratados com o Imperador da China, nenhum navio que não fosse português ou espanhol poderia atracar no Porto Interior. O Governador afirma que esta ação colocava em cheque as autoridades portuguesas, assim como a Rainha de Portugal e a Rainha Britânica e que, por esse motivo, protestava formalmente e intimava o capitão e Charles Elliot a retirar o navio de guerra das águas da urbe. Esta ação colocaria em risco a manutenção da neutralidade, assim como os bens e os interesses dos portugueses e dos estrangeiros em Macau. Os interesses britânicos no estabelecimento são óbvios, e Elliot procura, ao mesmo tempo, num despacho enviado a Palmerston, convencê-lo a legitimar as suas ações, alegando que as elites de Macau agiam contra os interesses e a segurança dos súbditos britânicos. As autoridades portuguesas agiam de forma irracional e a influência dos chineses era tal que “the Portuguese Authorities helpless instruments in the Lands of the Mandarins”<sup>56</sup>. Elliot alega ainda que, caso a situação não se remediasse, teriam de ser tomadas medidas mais

---

<sup>56</sup> Elliot, “Carta de Charles Elliot para o Governador de Macau,” 112.

efetivas. Não tendo qualquer apoio, Elliot retirou o navio britânico e enviou um relatório ao Governador português a justificar a sua ação. O representante britânico alegou só ter atracado no Porto Interior para reforçar a posição das autoridades portuguesas perante uma possível ameaça chinesa à cidade. Tanto ele, como o capitão reconheceram ser inapropriado estar no Porto Interior contra a vontade dos portugueses, que tomaram esta ação como um ato hostil, pelo que o navio teve de partir no dia seguinte. Este incidente teve uma enorme repercussão diplomática em Londres, suscitando tensões entre o secretário da delegação portuguesa, o Barão Torre de Moncorvo, e o Visconde Palmerston. O representante português pediu que, em primeiro lugar, Palmerston lhe garantisse o respeito pelas propriedades dos portugueses, assim como a informação das datas dos bloqueios navais. À data, já a primeira incursão britânica tinha o plano definido para o bloqueio dos principais portos navais da China. Recorde-se que a estratégia britânica de bloqueio dos principais rios chineses era, de facto, eficaz, pois o comércio chinês baseava-se na agricultura e no transporte dos produtos do interior para o litoral através das grandes rotas fluviais dos rios Amarelo, Yangtze e das Pérolas, que desembocavam nos principais portos comerciais, como Cantão, Tianjin e Nanquin, pelo que o seu bloqueio colocaria a Dinastia Qing numa posição delicada, pois pararia o comércio chinês interno e externo.

Lord Palmerston apresenta ao Barão Torre de Moncorvo, várias queixas contra o Governador português, tendo este explicado a posição difícil do Governador, cujo principal objetivo era evitar uma ameaça chinesa, como já vimos, ou que o estabelecimento fosse ocupado pelos britânicos. Outra acusação feita contra o Governador por Lord Palmerston era a de que ele não permitia que os britânicos ajudassem a guarnecer Macau, pois se tal ocorresse nunca mais os chineses se atreveriam a ocupá-la. O Governador temia que o controlo britânico se tornasse efetivo na cidade, daí que o diplomata português alegasse cautelosamente que quando os britânicos saíssem da cidade, após o conflito, que esta poderia ser de novo cercada pelos chineses, com o objetivo de serem restabelecidos os antigos costumes.

No seu ofício de 29 de julho de 1840, o Conde Bonfim, na altura Ministro da Marinha e do Ultramar, reforça a posição do Governador, alegando que Macau fizera a opção acertada pois o anteriormente descrito ameaçava a neutralidade do estabelecimento. Mostra também que o Governador agira corretamente ao recusar o desembarque de cargas britânicas em Macau. O argumento é semelhante ao do

Governador e ao das autoridades portuguesas e chinesas. O ministro afirma em seguida que Elliot tinha razão num aspeto “desejar que Macau se torne (...) o empório do comercio estrangeiro com a china (...) convém primeiro assegurar a conservação daquele Estabelecimento”<sup>57</sup>. O officio do Ministério do Ultramar torna claras as intenções da metrópole: Macau tinha de manter uma estrita neutralidade a todo o custo; para isso as autoridades tinham uma grande autonomia, e o Senado e o Governador dispunham dos poderes necessários para levar a cabo esse objetivo.

Um outro aspeto para o qual convirá olhar, prende-se com a posição das nações neutrais face ao conflito, designadamente a posição assumida pelos Estados Unidos da América. Ao tempo do conflito entre o Império do Meio e a Grã-Bretanha os EUA eram um dos maiores exportadores de ópio para a China e, nestas circunstâncias, a manutenção do comércio não podia deixar de constituir uma preocupação para o referido país. A este propósito, o barão de Moncorvo dá conhecimento de uma reunião que teve com o representante diplomático americano em Londres, Mr. Stevenson, durante o qual este comunicou ao diplomata português que o conflito era observado com muita atenção pelo Governo Americano, atendendo a que o mesmo punha em causa o comércio das nações neutrais e, mais ainda, notando que quaisquer danos causados a mercadorias americanas teriam que ser indemnizados pelos ingleses.. Os países neutrais começaram, então, a apoiar-se mutuamente, pressionando os britânicos a não atropelarem o comércio e a conter-se no conflito contra a Dinastia Qing. Por esta altura, era já claro que os britânicos procuravam atropelar os direitos portugueses sobre o estabelecimento, o que, aliás, era público e notório, como se infere das notícias publicadas em jornais britânicos ao identificarem Macau como “*rendez-vous* da expedição Inglesa contra a China”. A 19 de setembro de 1840, o representante português encontra-se com Lorde Palmerston para assegurar que a neutralidade portuguesa era garantida pela Grã-Bretanha e para responder pelas acusações ao Governador português. Nessa reunião, o ministro britânico pressionou o representante português a reconhecer uma de duas situações: ou Macau era território português e estava obrigado aos tratados com a Grã-Bretanha, assegurando asilo aos seus súbditos, ou era chinês e, assim sendo, seria tomado legitimamente pelas forças britânicas. A Grã-Bretanha acusava o Governador português de ser antibritânico, ao expulsar os súbditos

---

<sup>57</sup> Elliot, “Carta de Charles Elliot para o Governador de Macau,” 112.



britânicos “com alguma violência”<sup>58</sup>. O representante português respondeu às acusações do ministro britânico, visando a manutenção de neutralidade absoluta e a proteção do Governador de Macau. Assegurou que o estabelecimento não era português nem chinês, mas sim um estabelecimento de utilidade geral de todas as nações que comercializavam com a China, e, como tal, a sua proteção recaía sobre as mesmas. Esse ponto de vista é interessante, pois procura colocar o estabelecimento não na alçada portuguesa ou chinesa, mas sim internacional. De facto, o estabelecimento não era uma colónia portuguesa embora possuísse alguma autonomia administrativa tolerada pelos mandarins. O representante português procurou assegurar que Macau fosse protegido por todas as nações neutras que comercializavam com a China, para que os britânicos recuassem nas suas intenções de ocupar a cidade, pois colocariam em risco o comércio estrangeiro na China. O diplomata luso termina a sua argumentação, alegando que, desde o início do conflito, o preço do chá tinha aumentado drasticamente e que, em Macau, pelo contrário, este se mantivera baixo e que se impunha ceder a algumas exigências do Governo chinês.

### 3.3 Terceira tentativa: um ‘furacão fora de época’ e o tráfico de armas na China (1841-42)

Durante o conflito anglo-sínico, Macau enfrentou situações difíceis em várias frentes, nas relações com a China, com a Grã-Bretanha e com os comerciantes de outras nações, como os norte-americanos, fruto de pressões quer por parte dos chineses, quer por parte dos britânicos. No dia 18 de julho de 1841, deu-se a última tentativa de ocupação do porto pelos britânicos. Nessa data, o Governador convocou uma sessão extraordinária do Senado e da Comissão Consultiva para deliberar sobre uma mensagem que recebera de Charles Elliot, informando-o que uma escuna britânica iria entrar no porto de Macau. No entendimento do Governador, como não era época de furacões, a presença da dita embarcação escondia outros objetivos, pelo que se dirigiu pessoalmente ao representante britânico e o informou que apenas consentiria que a mesma permanecesse ancorada junto da fortaleza da Barra. Aparentemente, o Governador foi

---

<sup>58</sup> Barão da Torre de Moncorvo, “Doc. nº 18,” 137.

recebido de forma pouco cordial e tudo leva a crer que os britânicos haviam recebido instruções para ancorarem no Porto Interior. Então, o Governador reforçou militarmente a fortaleza da Barra e, pelo que sabemos, a escuna deu satisfação às exigências portuguesas. O assunto quer dizer, a possibilidade de os britânicos colocarem navios de guerra dentro do porto, não respeitando os acordos entre Portugal e China, foi objeto de discussão e votação numa reunião do Leal Senado. Então, as posições manifestadas foram as seguintes: a primeira, defendida por José Batista de Miranda e Lima, consistia num mero protesto contra a entrada dos navios dentro do porto pois “as Forças Britânicas que atualmente, se acham nas vizinhanças de Macau são incomparavelmente maiores”<sup>59</sup>. Essa posição era compreensível, pois, à data, já tinha ocorrido um ataque por parte das forças britânicas à Porta do Cerco e já tinham tomado e destruído várias fortalezas na Boca do Tigre. Tinha acabado de ocorrer o cerco a Cantão. A segunda posição é bem menos submissa, proposta por Francisco José Paiva e pela maioria do Senado, defendia que apesar de ser extremamente imprudente abrir fogo sobre uma embarcação inglesa com grande parte do exército britânico nas proximidades, não se deveria permitir que o capitão insultasse a “Bandeira Portuguesa”<sup>60</sup>. Esta proposta tem um cunho mais nacionalista, no entanto os seus proponentes são cautelosos, pois têm presente a superioridade britânica na Boca do Tigre. A fonte apresenta também a opinião de Francisco António Pereira da Silveira, membro do Senado, com uma posição semelhante à anterior, mas, o seu discurso, para além de nacionalista, era também antibritânico devido à “traíçoeira maneira com que os Ingleses têm correspondência aos sacrifícios, que esta cidade tem feito por eles”<sup>61</sup>. Alguns habitantes de Macau estavam cansados, na sequência de várias tentativas britânicas para ocupar o estabelecimento e consideravam os britânicos mal-aguecidos. O Governador, grande parte do Senado, assim como da Comissão Consultiva, não só se revelavam descontentes como entendiam que a tentativa de atracar no porto constituía um insulto à nação portuguesa.. O Senado afirma que o navio britânico não deveria entrar no Porto Interior, a menos que houvesse um tufão que pudesse danificar o navio. A 19 de julho, o comodoro britânico, J.J. Gordon, queixa-se que o comandante da fortaleza tinha tomado “ações (gestos) as mais ofensivas e violentas ele igualmente ameaçou de fazer fogo sobre a embarcação se

---

<sup>59</sup> José Joaquim Barros, “Cópia da 20ª reunião extraordinária com a Comissão Consultiva,” 341.

<sup>60</sup> José Joaquim Barros, “Cópia da 20ª reunião extraordinária com a Comissão Consultiva,” 341.

<sup>61</sup> Barros, “Cópia da 20ª reunião extraordinária com a Comissão Consultiva,” 341.

ela seguisse mais para dentro”<sup>62</sup>, e que, quando o capitão se dirigiu para a fortaleza, foi tratado da mesma forma, pelo capitão e pelos soldados. Gordon informa que todos os navios britânicos entrariam no porto de Macau conforme os tratados internacionais, “todas as vezes que possa ser conveniente a eles fazerem-no”<sup>63</sup>. O Governador responde-lhe assertivamente, por um lado advogando a segurança do estabelecimento, e, por outro, defendendo o que considera ser a honra nacional, ao alegar que essa queixa não teria ocorrido se os ingleses compreendessem que “não é permitida a entrada dentro do porto de Macau a outras Embarcações que não sejam as Portuguesas, e as de Manila estão estabelecidas em Tratados como eu tenho tido a honra de demonstrar por diversas vezes”<sup>64</sup>. O Governador faz também saber que toda a correspondência tem sido enviada ao Governo português que o tem apoiado na sua política de manutenção da neutralidade.

A 5 de janeiro de 1842, Macau enfrentava, de novo, uma situação complicada devido ao tráfico de armas. Desde o início das hostilidades, vários mercadores procuraram tirar partido da situação, assim como as próprias potências beligerantes tentam obter vantagens sobre as demais, ainda que os britânicos se encontrassem claramente em vantagem militar. Este facto não era desconhecido dos chineses, pelo que o Comissário Lin, quando foi exilado, aconselhara, em vários memorandos, a aquisição de armamento estrangeiro por parte do exército chinês. Antes das hostilidades começarem, o próprio Comissário adquiriu um navio de guerra britânico, sem canhões, comprando mais tarde, a um preço elevado, armamento para o mesmo navio a comerciantes franceses. Durante o conflito, os portugueses começaram a traficar armas de fogo para a China, usando pequenos navios de pesca, que desciam a Boca do Tigre e adquiriam as mesmas armas, transportando-as para Cantão. Também os mercadores americanos e britânicos traficaram pequenas armas de fogo que entregavam aos viciados em ópio ou aos donos das casas de ópio para que pudessem resistir ao avanço das autoridades chinesas. O então recém-chegado representante britânico H. Pottinger<sup>65</sup> comunica o seu desagrado ao descobrir que grandes quantidades de peças de artilharia e de munições passavam pelo estabelecimento e eram compradas pelos chineses, o que era preocupante, pois se Macau alegava neutralidade, a venda de armas a uma potência

---

<sup>62</sup> J. J. Gordon Bramer, “Documento do Ofício nº 218, nº 1,” in *Colecção De Fontes Documentais para a História das Relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 349.

<sup>63</sup> Bramer, “Documento do Ofício nº 218, nº 1,” 349.

<sup>64</sup> Adrião Acácio da Silveira Pinto, “Documento do Ofício nº 218, nº 2,” in *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 350.

<sup>65</sup> Enviado para a China para substituir Charles Elliot.

beligerante era um claro sinal da quebra dessa neutralidade. Para debater esse tema, o Governador reúne com a Comissão Consultiva e expressa a sua preocupação, definindo dois tipos de neutralidade, uma armada, em que os portugueses fornecem armas a uma das potências, e a outra desarmada, em que o estabelecimento mantém uma estrita neutralidade. O Governador afirma que Portugal “não pode manter uma neutralidade armada, e muito principalmente entre duas nações tão poderosas, como são a China, e a Inglaterra”<sup>66</sup>, pois daria motivos aos britânicos para tomarem Macau. Segundo o Governador, “a admissão de artilharia e trem bélico no estabelecimento é bem-sabido que não é para uso do País, mas para ser fornecido a uma das partes beligerantes, e provavelmente aos chinas” Um edital do Senado proíbe, então, a admissão de peças de artilharia, a não ser para depósito, e, acrescenta ainda, que todos os indivíduos que comercializassem armas seriam punidos como contrabandistas, sendo enviada também uma mensagem ao representante britânico que fazia saber que o Governo de Macau não tinha contribuído diretamente para o tráfico de armas, o qual proibira. O estabelecimento resolve assim mais uma crise, mantém a neutralidade desejada, lida com o perigo britânico apoiado nos tratados internacionais e adotando um discurso cuidadoso, enquanto se alia a potências não-beligerantes e desenvolve uma política reconciliadora com as autoridades chinesas.

---

<sup>66</sup> Miguel Pereira Simões, “Documento do Ofício nº 218, nº 4,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 352.

## 4. As autoridades portuguesas e Hong Kong: a segunda fase da guerra

Quando os portugueses se estabeleceram na China, em meados do século XVI, o mandarinato apenas autorizou os portugueses a estabelecerem-se em Macau, após tentativas e estadas noutras localidades do Sul da China. Em Macau, o porto tinha águas pouco profundas o que obrigava os barcos maiores a ficarem longe da costa, longe do alcance dos disparos o que era então considerado ideal para a defesa do porto de quaisquer ataques vindos do mar. Esta vantagem deixou porém de o ser no século XIX, pois, com a utilização de barcos a vapor no comércio, o porto de Macau, com as suas águas pouco profundas, perdeu competitividade. Hong-Kong passaria, então, a ser usado como porto de escala para o comércio do estabelecimento. Como Charles Elliot indica na sua carta ao ministro britânico Lord Palmerston, Hong Kong poderia continuar a ser usado como porto de escala logo que Macau fosse tomada pelos britânicos. No decorrer do conflito, os britânicos acabaram por construir na ilha de Hong Kong uma povoação que seria abandonada no final do conflito, povoação essa que não só era a base de operações do exército britânico na campanha contra os Qing, mas também o refúgio dos súbditos britânicos sempre que a situação piorasse para os estrangeiros quer em Macau, quer em Cantão. Por volta de 1841, quando Henry Pottinger<sup>67</sup> foi enviado para substituir Elliot, como comandante das forças britânicas, encontrou uma cidade pobre e onde ocorriam surtos de malária. Hong Kong era vista pelo governo britânico como um sorvedouro de dinheiro, a devolver à China assim que a guerra terminasse e a Grã-Bretanha conseguisse uma posição mais favorável para o seu comércio em Cantão. Por isso mesmo, não é de estranhar que a reação portuguesa à presença britânica em Hong Kong não revelasse grande preocupação, esta nunca poderia substituir Cantão no comércio do chá. Os mercadores britânicos tentavam vender aí caixas de ópio, linho e outros produtos, embora nessa altura os chineses em Hong Kong preferiam trocar essas mercadorias por géneros em vez de prata, fazendo com que o estabelecimento não grandes benefícios para a coroa britânica. O ópio comprado pelos chineses era então o

---

<sup>67</sup> Primeiro governador de Hong Kong.

produto mais rentável que os britânicos conseguiam comercializar com prata. Foi por este motivo que W. Jardine e J. Matheson colocaram grande parte dos seus navios a traficar ópio, tornando-se assim os grandes traficantes de ópio. O conflito bélico alastrou-se também para o norte da China, o que aliviou as autoridades portuguesas, e as hostilidades continuaram, tendo os chineses atacado fortes ocupados pelos britânicos. Pirateavam o rio, e, por sua vez, os britânicos atacavam pequenas guarnições chinesas e destruíam qualquer posição fortificada que pudesse apresentar qualquer perigo para os navios comerciais britânicos. O ofício do Governador de Macau, de 14 de fevereiro de 1842, indica que as forças britânicas tomaram várias cidades no norte da China, e que a chegada de Henry Pottinger tinha feito “cessar a pirataria que aí estavam fazendo os Navios de Guerra”, afirmando também que os britânicos vão edificando vários armazéns, ruas, estradas e casas. Macau nunca fora tão procurada pelos súbditos britânicos, pois oferecia tudo o que Hong Kong ainda não possuía. Na urbe luso-chinesa, os britânicos poderiam aprender chinês e requisitar intérpretes. Uma carta enviada por um oficial britânico em Macau, publicada no livro *The Last Year in China*, em 1843, indica que o autor visitou a Casa *Garden* (“The Garden is such a one as almost evry English or German town can boast of”)<sup>68</sup> e a Gruta de Camões, marcada por “sylvan graces”<sup>69</sup>. A missiva informa ainda que, em 1841, já os mercadores ingleses estavam indecisos sobre ir para Hong Kong ou permanecer em Macau e que alguns só considerariam mudar-se para Hong Kong se a cidade fosse governada por britânicos.

No final de fevereiro de 1842, Pottinger resolve instalar toda a administração, desde clérigos e militares a intérpretes. Como se pode ler na obra de Peter Ward Fay,<sup>70</sup> paulatina, mas rapidamente, as instituições fundadas por britânicos em Macau e em Cantão foram sendo transferidas para Hong Kong, nomeadamente a *Morrison Education Society*, que, através de missionários protestantes, ensinava chinês, inglês, astronomia e álgebra, e a *Medical Missionary Society*, que, impedida de reabrir o seu hospital em Cantão, decidiu instalar-se em Hong Kong. O crescimento acelerado começou a mudar a opinião das elites de Macau face ao estabelecimento britânico, que começa, claramente, a ameaçar os seus interesses, como se pode verificar nos apelos do Governador português para o Ministério da Marinha e Ultramar. No seu ofício de 12 de abril, o Governador relata vários acontecimentos importantes, o primeiro é a chegada de

---

<sup>68</sup> Autor Anónimo, *The Last Year in China* (Filadélfia: Carey and Hart, 1843), 20.

<sup>69</sup> Autor Anónimo, *The Last Year in China* (Filadélfia: Carey and Hart, 1843), 21.

<sup>70</sup> Peter Ward Fay, *The Opium War*, 328-329.

uma corveta norte-americana e de uma esquadra francesa, nações que “parecem não estar dispostas a desperdiçar a ocasião que agora se pode oferecer para entrarem em arranjos comerciais com o império”<sup>71</sup>. O Governador apela a que a metrópole envie um representante para poder negociar um tratado com os Qing, tendo em vista garantir a sobrevivência de Macau, tanto mais que “o novo estabelecimento Inglês de Hong-Kong vai progredindo com uma rapidez inconcebível”<sup>72</sup>, Com efeito, temendo que o crescimento de Hong Kong pudesse pôr em causa a prosperidade de Macau, o Governador sugere que o Governo português envie um diplomata para negociar com as autoridades sínicas, não obstante entender que os chineses são “cobardes e mais orgulhosos que se conhecem” e lamentar a forma como os mandarins haviam lidado com os portugueses nos anos anteriores. O Governador afirma, por sua vez, que o Imperador se encontrava quase num mundo à parte e que a sua noção de guerra era o “de extermínio aos Ingleses o que decerto não está em circunstâncias de o conseguir”<sup>73</sup>. Essa posição do Imperador também era facilmente justificada devido à atitude dos seus subordinados e generais que tinham o hábito de transmitir informações falsas à Casa Imperial para não sofrerem qualquer tipo de represálias, chegando a converter derrotas em vitórias. No ofício de 31 de maio, o Governador indica que as obras em Hong Kong cessaram e que corre o rumor que a rainha britânica não pretende tomar posse da ilha. O Governador indica também que têm chegado a Hong Kong reforços, o que o leva a crer que, com uma força desta magnitude (“um armamento tal nunca a Inglaterra mandou aquém do Cabo da Boa Esperança”<sup>74</sup>), os britânicos conseguirão obter várias vitórias decisivas e, como consequência, “grandes vantagens”<sup>75</sup>. O Governador suspeita que os esforços das forças britânicas sejam para tomar Nanquim, e depois, possivelmente, avançar sobre Pequim. Aliás, as suas suposições não estavam muito longe da realidade pois, como indica um outro seu ofício, de 12 de junho de 1842, os britânicos tomaram a cidade fortificada de Chapu, na baía de Hangchow, um ponto estratégico a caminho de Nanquim. O Governador dá a conhecer também, mais tarde, no seu ofício de 5 de Setembro, vários pormenores da campanha e comunica a sua perplexidade perante a resistência chinesa, pois “os Chinas bem longe de desanimar vão manifestando mais

---

<sup>71</sup> Pinto, “doc. n.º 53,” 359.

<sup>72</sup> Pinto, “doc. n.º 53,” 359.

<sup>73</sup> Pinto, “doc. n.º 53,” 358.

<sup>74</sup> Pinto, “doc. n.º 54,” 362.

<sup>75</sup> Pinto, “doc. n.º 54,” 362.

coragem e têm desenvolvido ultimamente mais valor”<sup>76</sup>. O que me leva a crer que essa alteração no comportamento dos soldados chineses se deve ao facto das forças britânicas afinal, enfrentarem agora regimentos compostos por manchus, os quais lutavam com maior vigor. Depois de Nanquim ter caído, os britânicos conseguiram fechar o rio, impedindo o comércio de cereais, sufocando os Qing e forçando-os a negociar. Ao contrário do que tinha sucedido previamente, os britânicos controlavam agora o rio, o que era uma grande ameaça para os chineses, obrigando-os a não prolongar as negociações, como, até à data, faziam com outras nações estrangeiras. O Governador português escreveu, no seu ofício de 26 de julho, que não tinha dúvida alguma de que os britânicos possuíam já a cidade de Nanquim e que possivelmente se preparavam para marchar sobre a capital; apelando ao Governo português que envie um representante da Coroa para negociar, várias concessões que fariam Macau “tão florescente em seu Comercio ou mais do que foi quando tratava com o Japão”<sup>77</sup>. Nesse mesmo ofício, o Governador dá indicação de que tanto a fragata francesa como a americana partiram para Norte para observar as operações, negociar com os chineses e conseguir vantagens comerciais, algo que os portugueses deveriam também fazer rapidamente.

---

<sup>76</sup> Pinto, “doc. n.º 57,” 373.

<sup>77</sup> Pinto, “doc. n.º 56,” 369.



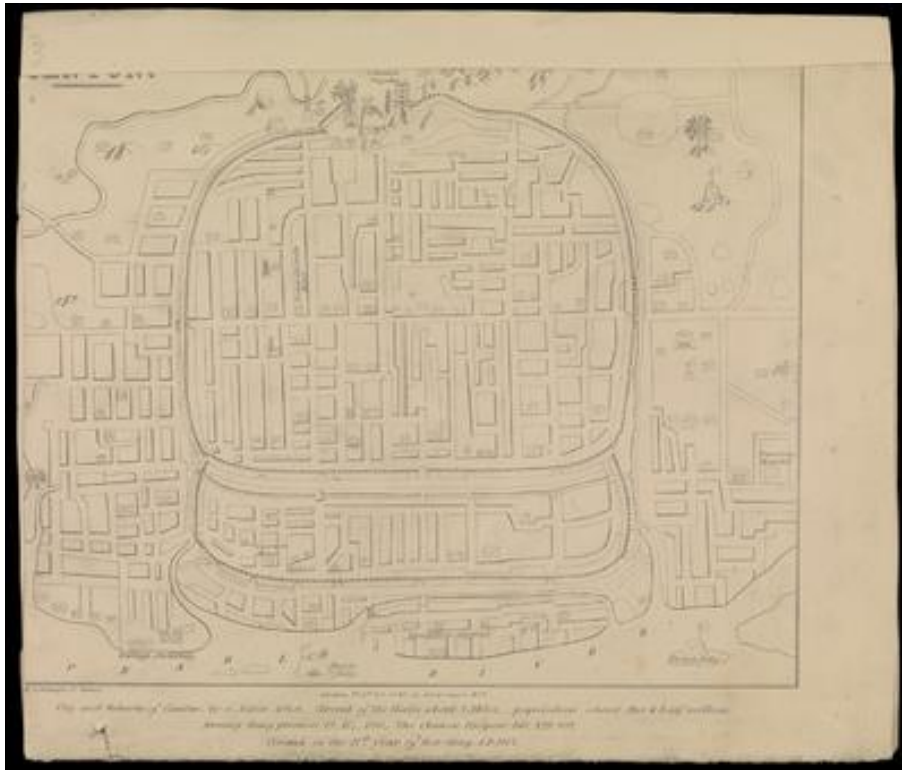


Ilustração 6- mapa de Cantão<sup>78</sup>

#### 4.1 O Tratado de Nanquim e as suas repercussões

Com a derrota chinesa e o controlo do rio Yangtze por parte dos britânicos, os chineses enviam dois diplomatas para negociar com as forças britânicas. O primeiro, Yilibu, um diplomata que já tinha negociado com Elliot a trégua de novembro o qual havia sido afastado por não ter conseguido tomar Chusan aos britânicos, e, por outro lado, na sequência do primeiro acordo de paz não ratificado com a China. Em 1842, a Corte Imperial decidiu chamá-lo de volta para negociar com os britânicos devido à experiência dos contactos anteriores. O outro diplomata é Keying, que era descendente do nono filho do Imperador Nurachi e tinha uma carreira feita inteiramente na capital, sendo demasiado inexperiente e não tendo nunca negociado com ocidentais, mas que era visto como um diplomata de confiança. Ambos os diplomatas chineses tinham partido com instruções para controlar os britânicos, combinando ameaças, conciliação e

---

<sup>78</sup> Autor Anónimo. 1844. "City and Suburbs of Canton by a native Artist". Consultado a junho 2018. [https://www.europeana.eu/portal/en/record/2022362/\\_Royal\\_Museums\\_Greenwich\\_http\\_collections\\_rmg\\_co\\_uk\\_collections\\_objects\\_104217.html](https://www.europeana.eu/portal/en/record/2022362/_Royal_Museums_Greenwich_http_collections_rmg_co_uk_collections_objects_104217.html)

desgaste, através do prolongamento das negociações. Esses procedimentos visavam sobretudo atrasar as forças britânicas para que os regimentos que guarneciam a parte norte do império chegassem a Pequim, para poderem proteger a capital imperial chinesa. Os manchus acreditavam que, caso a capital caísse nas mãos dos “bárbaros”, a dinastia perderia o mandato do Céu.

Os britânicos, nomeadamente Pottinger, vão começar por impor duras condições a qualquer cessar fogo. Os diplomatas teriam que negociar presencialmente e não através de representantes, os quais deveriam ter plenos poderes para negociar a paz para que o processo fosse mais rápido. Estas condições suscitaram um grande desconforto aos diplomatas chineses, pois, ao contrário do que era normal na Europa de então, a prática habitual passava pela presença dos diplomatas apenas para assinar o tratado. O outro problema prendia-se com o facto de Keying não possuir plenos poderes de negociação, ao contrário daquilo que os europeus esperavam. Keying tinha um mandato generalista, com instruções pouco claras, e seria avaliado “by what he in general obtained”<sup>79</sup>. Como tal, ambos os diplomatas optaram por seguir os britânicos, reportando as suas movimentações à Corte Imperial, até ao momento em que esta se mostrasse mais favorável às condições dos britânicos, o que ocorreu quando estes já estavam às portas de Nanquim. Os chineses tentaram, numa primeira fase, aplicar as instruções que lhes tinham sido dadas pela Corte Imperial algo que gerou um grande descontentamento por parte dos britânicos que colocaram os seus navios e os seus soldados prontos para atacar e tomar a cidade, o que foi evitado a 14 de agosto, quando os chineses finalmente aceitaram os termos britânicos de negociação. Torna-se claro que os chineses continuavam a utilizar os métodos antigos que, durante vários séculos, haviam dado resultado, mas que se apresentavam ser insuficientes face a uma negociação a “cano de pistola” por parte da Grã-Bretanha, que pretendia uma vitória rápida e absoluta. Os diplomatas britânicos eram também movidos por motivações pessoais, pois pretendiam evitar o destino que Elliot tivera, assumindo, por isso, uma postura mais imperialista. Os chineses, por sua vez, acreditavam numa prática diplomática burocrática e hierarquizada, com o Imperador do centro, a qual incluía uma gestão do tempo tendo em vista obter vantagens. Macau nesta altura encontrava-se em paz devido ao palco da guerra ser a norte de Cantão aguardava que os britânicos já fossem senhores de Nanquim e aguardava também que a metrópole enviasse um representante para negociar

---

<sup>79</sup>Peter Ward Fay, *The Opium War*, 358.

vantagens para o estabelecimento. A 29 de agosto é assinado o Tratado de Nanquim, que é lido, por todos os súbditos britânicos, em forma de circular que lista os oito pontos de maior relevância. O primeiro ponto defende que as potências beligerantes teriam uma paz e amizade duradoura<sup>80</sup>. O segundo define o pagamento, por parte da China, de uma pesada indemnização, “twenty one millions of dolares”<sup>81</sup>, durante quatro anos, considerando-se este valor o da indemnização pelas caixas do ópio destruídas pelo Comissário Lin. Este ponto, para além de compensar monetariamente os traficantes do ópio ingleses, acalmando o seu desagrado, também pagava o custo da expedição britânica. O terceiro ponto decidia a abertura dos portos de Cantão, Amoy, Fuzhou, Xiamen, Ningbo e Xangai, medida de grande relevância, pois eram alguns dos portos comerciais mais importantes da China, nomeadamente no âmbito do comércio do chá. O quarto ponto decidia que a ilha de Hong Kong seria cedida a sua majestade britânica e aos seus herdeiros. Este ponto é talvez o que tem maior relevância para a história de Macau, pois Hong Kong já se encontrava num processo de transformação rápido, tornando-se uma verdadeira colónia britânica, sem o impedimento de os navios de carga de grande porte não poderem atracar no seu porto e, acima de tudo, satisfazer os desejos britânicos de obter, da China, um estabelecimento semelhante a Macau. Um édito imperial declara ainda completa amnistia para todos os chineses que tinham colaborado com os britânicos durante a guerra. Este ponto parece, à primeira vista de menor importância para ser mencionado, mas, analisado com maior atenção, era alargado a um grande número de indivíduos, pois não se tratava só dos governadores chineses que tinham capitulado ou colaborado com a ocupação britânica dos fortes, mas também de todos os que tinham servido os mercadores britânicos nas aldeias chinesas e os tinham abastecido de mantimentos e água. Até os pontos acima referidos serem cumpridos, os britânicos iriam retirar faseadamente as suas forças da cidade de Nanquim, a partir do momento em que fosse satisfeito o primeiro pagamento. O quinto ponto relevante referia-se à libertação de todos os prisioneiros britânicos de origem indiana ou europeia. A abolição do sistema de Cohong de Cantão, que defendia que apenas os comerciantes chineses dessa guilda poderiam comercializar com os estrangeiros. A guilda não tinha um número fixo de mercadores sendo que normalmente oscilavam entre 5 a 26 mercadores, dependendo sempre da autorização central do

---

<sup>80</sup> Dura até 1856, altura em que é iniciada a Segunda Guerra do Ópio.

<sup>81</sup> José Manuel de Carvalho e Sousa, “Circular,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História das Relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa Durante a I Guerra do Ópio*, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau, 1998), 375.

Imperador chinês. Estes mercadores operavam essencialmente em vários armazéns, ou *hongs*<sup>82</sup> ao longo do rio das Pérolas. Com a abolição desta guilda e deste sistema comercial, os britânicos poderiam comercializar livremente com qualquer mercador chinês que operasse nos portos designados. Estas alterações transformam a importância de Macau no âmbito regional e internacional, diminuindo-a, e alteram o *modus vivendi* da comunidade ocidental da cidade. Estes foram os pontos de maior relevância de um tratado que, definitivamente, abria a China ao comércio estrangeiro. Para os chineses, os britânicos tinham conseguido dominar os principais rios chineses, e isso era motivo de vergonha, mas os estrangeiros não passavam de bárbaros pois não falavam chinês, não seguiam a mesma filosofia política e não agiam como chineses. Para muitos chineses, a abertura dos portos não era relevante pois tratava-se de algo que já tinha ocorrido em Cantão, e, como tal, não era problemático. Em qualquer caso, este tratado revelou-se particularmente importante, entre outras coisas, por ter forçado a China a sair do seu isolamento e, no que toca às práticas diplomáticas, por ter forçado esta a adotar as ocidentais. Finalmente, não deixa de ser interessante assinalar que, muito embora o trato do ópio tenha estado na base do conflito, o assunto não foi regulado pelo tratado. A China manteve o comércio do ópio ilegal e a Grã-Bretanha demarcou-se da conotação negativa que o conflito incluía. Como foi referido anteriormente, a opinião pública e o parlamento britânicos eram contra o comércio do ópio, mas os comerciantes necessitavam dele para o comércio do chá.



Ilustração 7- Assinatura do tratado de Nanquim<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> Grandes feitorias em Cantão.

<sup>83</sup> Dado retirados de "Oil painting depicting the signing of the Treaty of Nanking" consultado a 24 de Janeiro de 2018: <http://library.brown.edu/adore-djatoka/viewer.html?filename=1249001233193779.jp2>.

No ofício do Ministério da Marinha e Ultramar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal faz-se menção a dois episódios de grande importância: a chegada de vários navios norte-americanos e de uma esquadra francesa para negociar com a China acordos comerciais mais vantajosos para as suas nações. Por esse mesmo motivo, o Ministro da Marinha e Ultramar português apela para que seja aproveitada a ocasião para se negociar com a China e conseguir um acordo mais favorável para que o estabelecimento pudesse tirar daí o máximo de vantagens. A opinião de Macau fez-se notar sobretudo durante o período de negociações de 1843-1844. Um artigo do *Aurora Macaense*,<sup>84</sup> afirma que a Grã-Bretanha e outras nações irão obter grandes vantagens para o seu comércio e que era de lastimar que os portugueses não procurassem o mesmo. Os macaenses procuravam a isenção dos direitos do porto, a isenção da franquia no estabelecimento, que os trabalhadores chineses não pagassem tão pesados impostos pela construção de novos edifícios e, finalmente, que os mercadores portugueses pudessem gozar de todos os privilégios que as outras nações haviam obtido nos portos abertos ao comércio estrangeiro. O autor<sup>85</sup> de uma carta publicada nesse mesmo jornal defende uma maior autonomia por parte do estabelecimento, alega que a metrópole tinha, de certa maneira, ignorado Macau e que deveriam ser os macaenses a tomar a iniciativa. Através das negociações de 1843, os portugueses procuraram, pela via diplomática, negociar uma posição mais vantajosa. Em primeiro lugar, fizeram sempre menção a uma relação multiseular com a China, apelaram ao bom senso chinês, alegando, várias vezes, que durante o conflito tinham assumido uma posição neutral, não agressiva, e que, ao contrário dos franceses e americanos, não tinham feito nenhuma ameaças de guerra para forçar os chineses a assinar um acordo, apelando, por isso, pelo menos, a uma igualdade ao estabelecimento de Hong Kong, que já prosperava com o comércio britânico. Macau procurou que a China reconhecesse o território e as suas dependências como portuguesas, procurou obter isenção do Foro do Chão (reda anual paga ao imperador), tentou que as negociações fossem feitas em pé de igualdade, procurou a diminuição dos direitos de ancoragem e que os navios das outras nações europeias pudessem ancorar livremente em Macau, não devendo ser levantados

---

<sup>84</sup> Autor Anónimo, “doc. nº1,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História das Relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos às Conversações do Comissário Adrião Acácio da Silveira Pinto com o Comissário Imperial Qi Ying*, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau,1998), 45-47.

<sup>85</sup> Subscritor, “doc. nº2,” in *Coleção De Fontes Documentais para a História das Relações Entre Portugal e a China Documentos Relativos às Conversações do Comissário Adrião Acácio da Silveira Pinto com o Comissário Imperial Qi Ying*, org. António Vasconcelos de Saldanha, (Macau: Fundação Macau,1998), 48-49.

obstáculos ao comércio de estrangeiros no estabelecimento. Macau procurou ainda a abolição de todas as restrições de construção de casas e barcos, que os impostos sobre as mercadorias fossem diminuídos para incentivar o comércio, bem como a extensão aos mercadores portugueses dos direitos que os britânicos tinham para comercializar nos portos chineses e, finalmente, a eliminação da obrigatoriedade de passagem em Cantão, facilitando dessa maneira o comércio em Macau<sup>86</sup>.

Enfim, a este propósito, Fernando Figueiredo,<sup>87</sup> assinala, com propriedade, que as autoridades portuguesas procuraram garantir para Macau uma posição semelhante à de Hong Kong, mas que os oficiais chineses, contudo, limitaram-se a ceder em apenas alguns pontos, pois pretendiam manter o estatuto de Macau inalterável, não lhe dando maior relevância. Os britânicos, por sua vez, procuravam tornar Hong Kong o principal ponto de relacionamento com a dinastia Qing e não lhes convinha que Macau se desenvolvesse. Macau perde então, desta maneira, a importância pois “além da abertura comercial nos cinco portos da costa chinesa, havia uma base para exercer uma ação mais profunda sobre o solo chinês: Hong Kong”<sup>88</sup>



Ilustração 8- Feitorias em Cantão<sup>89</sup>

<sup>86</sup> Fernando Figueiredo, “A fundação de Hong Kong e Macau,” in *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), 38-41.

<sup>87</sup> Fernando Figueiredo, “A fundação de Hong Kong e Macau,” 38-41.

<sup>88</sup> Fernando Figueiredo, “A fundação de Hong Kong e Macau,” 41.

<sup>89</sup> Dados retirados de “First Opium War” consultado a 26 de fevereiro, 2018: [https://en.wikipedia.org/wiki/First\\_Opium\\_War#/media/File:View\\_of\\_Canton\\_factories\\_2.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/First_Opium_War#/media/File:View_of_Canton_factories_2.jpg).

## Conclusão

Não é possível compreender o (não) envolvimento de Macau na Guerra do Ópio na sua verdadeira dimensão, se não analisarmos, de forma cruzada, as fontes portuguesas, britânicas e chinesas. Foi essa, tanto quanto possível, a metodologia adotada na presente dissertação, da qual resultam algumas conclusões que passamos a elencar.

A China, perante a Guerra do Ópio, foi a grande vítima quer do seu próprio isolamento, quer do agressivo imperialismo britânico. Macau funcionou, até ao fim da guerra, sobretudo como plataforma para penetração dos interesses do imperialismo britânico na China, com pleno conhecimento de que o forte comércio do ópio era ilegal e proibido pelo imperador. Macau, que esteve para ser ocupada, quer por chineses, quer por britânicos, durante o conflito, também lucrava com o comércio do ópio, sobretudo através de mercadores britânicos e, em menor escala, macaenses. Como consequência da Guerra do Ópio, a importância de Macau mudou, sobretudo face a Hong Kong, pois o comércio do chá e do ópio britânico passa a ser feito em Hong Kong, e os britânicos vão procurar instalar “um sistema que lhe desse a primazia no relacionamento com o Celeste Império”<sup>90</sup>.

Ao longo desta dissertação abordámos o tema das representações da Primeira Guerra do Ópio a partir de Macau (1839-1842), e, durante esse conflito, como já sabemos, Macau permaneceu neutra a grande custo, mantendo uma aliança com a China e, ao mesmo tempo, negociando e relacionando-se com os britânicos para que, desta forma, o estabelecimento não caísse nas mãos de nenhum desses seus aliados em guerra. Na primeira parte (capítulos 1-3), vimos como os portugueses reagiram e resolveram as duras pressões por parte da China e evitaram hostilizar as forças britânicas, mantendo, assim, uma estrita neutralidade e, ao mesmo tempo, respeitando os tratados internacionais assinados com a Grã-Bretanha. Os portugueses rentabilizaram as já antigas relações com a China, procurando manter o bom trato, para que os mantimentos não fossem cortados a Macau. No entanto, as relações deixaram de ser cordiais quando um chinês apanhado a traficar ópio confessou que a sua mercadoria lhe tinha chegado

---

<sup>90</sup> Fernando Figueiredo, “A fundação de Hong Kong e Macau,” 41.

de Macau, levando a protestos por parte dos mandarins e do delegado Lin, que considerava Macau como a origem de todo o tráfico.

As elites de Macau foram, numa primeira fase, leais à China, a quem pertencia o território, e tinham um forte sentimento antibritânico, que foi diminuindo ao longo do conflito, ao mesmo tempo que começaram a ver os chineses cada vez mais injustos e agressivos na forma como se dirigiam às autoridades portuguesas. O caso Stanton, que estudámos através das fontes portuguesas, é deveras esclarecedor, podendo verificar-se algumas conclusões que certamente não se obteriam consultando apenas as fontes britânicas como fizeram Peter Ward Fay<sup>91</sup>, ou W. Travis Hanes e Frank Sanello<sup>92</sup>. Esses autores afirmam que os portugueses não tentaram realmente resgatar Vincent Stanton, no entanto, a presente dissertação demonstra que os portugueses tentaram, de facto, recuperar o refém britânico, recorrendo ao Tao-tai, um oficial local com grandes poderes militares e civis sobre a população chinesa, e não um mero residente local, como afirmam W. Travis Hanes e Frank Sanello<sup>93</sup>. As elites locais portuguesas fizeram valer a sua aliança com as elites administrativas chinesas, na tentativa de recuperar Stanton, tornando-se depois alvo da ira do delegado Lin. Como repercussão da ação conjunta entre o Tao-tai e as elites portuguesas, um exército marchou sobre Macau para expulsar todos os britânicos e combater os portugueses, em caso de resistência. Essas ameaças eram algo exageradas, pois os chineses trouxeram um exército que nunca entrou no estabelecimento e que acabou por ser derrotado na batalha das Portas do Cerco pelas forças britânicas. Por sua vez, a questão da jurisdição apresentava aspetos culturais, religiosos e jurídicos pois Macau era chinesa por fazer parte de «tudo que se encontra debaixo do céu», e, assim sendo, os chineses de Macau eram vistos como súbditos do Imperador da China e não como súbditos de outra nação independente.

Na segunda parte do trabalho (capítulo 4), estudámos, numa primeira fase, as relações britânicas com as autoridades portuguesas e as diversas crises que o estabelecimento sofreu quando os britânicos tentaram apoderar-se dele. Abordámos uma problemática muito pouco estudada, designadamente a aliança informal entre as nações neutrais, com os Estados Unidos e a França, para prevenir um controlo britânico sobre o estabelecimento, enquanto espiavam e obtinham vantagens sobre a dinastia Qing. Outro dos aspetos abordados foi o da jurisdição do território, não entendida pelos

---

<sup>91</sup> Peter Ward Fay, *The Opium War*, 245.

<sup>92</sup> Hanes e Sanello, *The Opium Wars*, 107.

<sup>93</sup> Hanes e Sanello, *The Opium Wars*, 107.



britânicos quando a tentam simplificar e reduzir a uma simples frase como “ou o estabelecimento é português ou chinês”. A administração partilhada era de todo incompreendida pelos estrangeiros. Analisámos ainda outros temas, como as diferenças significativas entre os soldados chineses que ainda usavam armamento bélico rudimentar, enquanto o britânico era bastante mais avançado, tendo sido este aspeto o que concedeu a vitória à Grã-Bretanha. Nos relatos militares britânicos é, no entanto, visível um certo exagero sobre o papel das forças chinesas, para conceder uma certa heroicidade aos soldados britânicos. Opinião contrária tem o Governador português, que apesar de não ser um apoiante dos britânicos, considera os chineses cobardes e “sem palavra”, e defende a aliança com a China, única e exclusivamente por motivos estratégicos, não por uma relação amigável, opinião partilhada obviamente pelas elites mercantis da cidade. Essas elites privilegiam a aliança com a China, mas consideram a postura sínica agressiva e desrespeitosa, ou seja, não têm os chineses em muito boa conta, sucedendo o mesmo para com os britânicos no delta do rio das Pérolas, que pretendiam ocupar o estabelecimento. A consulta das fontes britânicas e portuguesas revela que a tomada de Macau por parte dos britânicos foi considerada, pois a correspondência de Elliot com Palmerston e os relatórios do representante português na Grã-Bretanha permitem quer chegar a essa conclusão, quer analisar, com alguma exatidão, o modo como essa ocupação foi evitada, tanto ao nível local, pelas autoridades portuguesas do estabelecimento, como ao nível internacional, com alianças com outras nações.

Outro aspeto que as fontes que consultámos revelam é a colaboração portuguesa, tanto com os britânicos, como com os chineses, apesar de o jogo duplo muitas vezes ser claro, como se verificou no tráfico de armas com a China e com a proteção dada aos mercadores britânicos. Quanto à jurisdição do próprio estabelecimento, consultando fontes sobre o urbanismo e a territorialidade de Macau e cruzando-as com outras, relativamente ao caso Stanton, compreendemos melhor a ambiguidade da malha político-espacial de Macau, a questão das fronteiras e o caso do rapto de Vicent Stanton, em 1840.

Como encarou Macau a fundação da colónia de Hong Kong? Numa primeira fase, não houve grandes receios, mas, após o término do conflito, perante o rápido desenvolvimento, e face às vantagens obtidas pelos britânicos, rapidamente Macau começou a sofrer os efeitos dessa fundação. Percebem-se tais preocupações nas

negociações luso-chinesas de 1843-1844. Perante os rumores de negociações sino-britânicas, os portugueses vão tentar, desde logo, convencer a metrópole a renegociar o estatuto de Macau e a rever as suas relações com a China. O Governador português faz inúmeros apelos nos seus ofícios para que a metrópole envie um diplomata que procure assegurar mais vantagens à urbe, acabando por ser ele próprio nomeado para o cargo, vindo a conseguir apenas pequenas vantagens que mantêm Macau como uma porta secundária de entrada para a China. Nestas circunstâncias, a elite macaense mostra o seu desagrado, pois considera que a metrópole não zela pelos interesses de Macau, chegando mesmo a publicar opiniões nos periódicos defendendo a negociação direta com a China, sem esperar pelo enviado régio. A Guerra do Ópio altera assim quer o estatuto regional e internacional de Macau como porta de entrada na China, quer a economia local, o modo de vida da comunidade estrangeira, que se mudará para Hong Kong, quer ainda a importância do enclave no âmbito das relações sino-ocidentais.

## Bibliografia

Alexandre, Valentim. “As Colónias do Oriente.” In *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, dirigido por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, 47-50. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.

Afonso, José da Conceição. “Macau: Uma Experiência De Urbanismo Estratégico E Higienista (Dos Finais do Séc. XIX aos Começos do Séc. XX).” *Revista de Cultura*, nº 38-39 (janeiro-junho 1999): 221-247.

Anónimo. *The Last Year in China*. Filadélfia: Carey and Hart, 1843.

Cabral, Luís “Introdução à Filosofia Clássica Chinesa.” In *A Herança de Confúcio*, org. Sun Lam, 65-94. Famalicão: Húmus, 2013.

Cabral, Luís “De Qianlong a Mao Zedong.” In *A Herança de Confúcio*, org. Sun Lam, 233-239. Famalicão: Húmus, 2013.

Dias, Alfredo Gomes. *Macau e a I Guerra do Ópio*. Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1993.

Davis, John Francis. *Sketches of China, Partly During an Inland Journey of Four Months, Between Peking, Nanking, and Canton; with Notices and Observations Relative to the Present War*. Londres: Charles Knight, 1841.

Fay, Peter Ward. *The Opium War*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1975.

Figueiredo, Fernando. “Macau e a Guerra do Ópio.” In *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, 37-38. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

Figueiredo, Fernando. “A Fundação de Hong Kong e Macau.” In *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, 38-41. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

- Figueiredo, Fernando. “Os Vetores da Economia.” In *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, 95-121. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Figueiredo, Fernando. “O Tráfico do Ópio: da Índia à China.” In *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, 142-152. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Figueiredo, Fernando. “Mobilização das Autoridades Chinesas contra o Ópio.” In *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, 155-158. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Figueiredo, Fernando. “A Guerra do Ópio (1839-42) - Política de Neutralidade de Macau.” In *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, 158-160. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Guimarães, Ângela. “A Conjuntura Política: Antes de Hong Kong.” In *A História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3, dir. A. Henrique de Oliveira Marques, 15-37. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Gunn, Geoffrey. *Ao Encontro de Macau*. Macau: Fundação Macau, 1947.
- Hanes, W. Travis e Sanello Frank. *The Opium Wars*. Naperville: Sourcebook, 2002.
- Haw, Stephen. *História da China*. Lisboa: Tinta-da-China, 2005.
- Hucker, Charles. *China's Imperial Past*. Stanford: Stanford University Press, 1975.
- Puga, Rogério Miguel. *A Presença Inglesa e as Relações Anglo-portuguesas em Macau (1635-1793)*. Lisboa: CHAM e Centro Científico e Cultural de Macau, 2009.
- Roberts, J. A. G. *História da China*. Lisboa: Texto & Grafia, 2006.
- Saldanha, António Vasconcelos de e Jin Guo Ping. *Para a Vista do Imperador*. vol. 1. Macau: Imprensa Oficial de Macau, 2000.
- Saldanha, António Vasconcelos de. *Coleção De Fontes Documentais para a História Das relações Entre Portugal e a China*. Macau: Fundação Macau, 1998.
- Kissinger, Henry. *Da China*. Lisboa: Quetzal 2011.

## Anexos

### Anexo 1

Tabela da venda do ópio de Calcutá<sup>94</sup>

Vendas mensais	Quantidade vendida		Preço médio por caixa	
	Patma	Benares	Patma	Benares
Janeiro 1839	4500	2500	839	732
Fevereiro	1500	1000	688	620
Abril	3000	400	365	390
Maior	1500	1000	235	197
Julho	2345	818	283	304
Janeiro 1840	4000	2000	438	413
Fevereiro	1600	800	610	551
Abril	2500	853	540	501
Maior	1400	700	644	628
Junho	1769	1089	736	686
Janeiro 1841	4000	2000	796	699
Fevereiro	1400	700	753	667
Abril	3000	1500	664	630
Maior	1400	700	733	669
Junho	2840	1287	683	760
Janeiro 1842	4000	1500	787	764
Fevereiro	1400	600	828	810
Abril	3000	1200	785	768
Maior	1600	900	841	803
Junho	3014	1148	683	660
Média do ópio vendido e dos lucros gerados 1839	2569	1143,6	482	448,6
Média do ópio vendido e dos lucros gerados 1840	2253,8	1088,4	593,6	555,8
Média do ópio vendido e dos lucros gerados 1841	2528	1046,75	725,8	681,5
Média do ópio vendido e dos lucros gerados 1842	2602,8	1069,6	784,8	761

\* valores em rupias.

<sup>94</sup>Dados retirados de Peter Ward Fay 1975, *The Opium War*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill, *passim*.

## Anexo 2

### Cronologia da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842)

**1839**

#### **Janeiro**

3 - Lin é nomeado Comissário Imperial em Cantão para pôr termo ao tráfico de ópio (segundo alguns autores Lin foi nomeado em dezembro de 1838).

#### **Março**

2 - Lin chega a Cantão e ordena que lhe entreguem todo o ópio da cidade para ser destruído.

9 - Em Macau, o Leal Senado publica um edital suspendendo a introdução de ópio em Macau, para depósito ou para consumo.

12 - O ministro inglês em Lisboa pede a cessão de Goa, Damão e Diu devido ao apoio dado por portugueses a rebeldes da Índia inglesa.

18 - Édito do Comissário Imperial ordenando a entrega de todo o ópio, no prazo de três dias.

19 - Édito do Comissário Imperial proibindo a saída de estrangeiros para Macau.

21 - Reunião da Câmara do Comércio de Cantão, que decide pedir um adiamento da resposta à entrega de todo o ópio britânico.

22 - Elliot pede ao Governador de Macau proteção para os súbditos britânicos.

24 - Os portugueses passam a enviar as suas caixas de ópio para Manila para evitar os problemas que enfrentam os ingleses em Cantão. O Comissário Lin manda cortar o abastecimento de água e víveres e retira todos os empregados chineses das feitorias de Cantão.

27 - Elliot comunica a todos os súbditos britânicos a decisão de entregar todo o ópio que estivesse na posse de mercadores britânicos, prometendo o pagamento de indenizações.

28- São queimados mais de vinte mil cestos de ópio em Cantão.

### **Abril**

1 – As autoridades chinesas ordenam ao Procurador português que entregue todo o ópio em Macau.

13 - Despacho de Elliot colocando os súbditos britânicos e as suas propriedades sob proteção portuguesa em Macau, e põe o tesouro britânico à disposição das para melhorar as defesas do estabelecimento.

27- O Mandarim da Casa Branca envia um ofício ao Procurador dando-lhe um prazo de três dias para entregar todo o ópio existente em Macau, caso contrário fecharia o porto da cidade. O capitão Blake oferece-se para ajudar na defesa de Macau.

29 - É nomeada uma Comissão Consultiva composta por ilustres e principais moradores de Macau (elite da cidade).

### **Mai**

4 - O Delegado Imperial ordena aos mandarins a elaboração de um censo sobre a população no estabelecimento de Macau.

6 - Elliot envia um ofício a Lord Palmerston referindo as vantagens de os britânicos tomarem Macau sob a sua proteção.

8 - Edital do Vice-Rei de Cantão ordenando a saída dos cônsules estrangeiros de Cantão, proibindo-os de voltar à China.

11 - Exigência dos Mandarins e do Comissário Imperial para que Macau castigue todos os envolvidos no tráfico do ópio, ameaçando fechar o porto.

21 - Elliot e todos os negociantes estrangeiros partem de Cantão, rumo a Macau.

### **Junho**

5 – O mandarinato prende um cristão acusado de traficar ópio.

22 - O Senado de Macau envia o mapa estatístico exigido pelas autoridades sínicas, mas sem as classificações pretendidas.

## **Julho**

7- Distúrbio entre marinheiros britânicos, americanos e chineses, culminando com a morte de um chinês.

## **Agosto**

21 - Autoridades britânicas ordenam a partida de cidadãos britânicos para Hong Kong devido à pressão dos mandarins.

## **Setembro**

Memorando de firmas de Manchester ligadas ao comércio de algodão a Lord Palmerston sobre a situação em Cantão, referindo o elevado valor das mercadorias que estavam armazenadas na cidade.

1 - Elliot propõe o regresso dos ingleses a Macau, colocando ao serviço o navio *Volage* e mais de oitocentos soldados para cooperarem na defesa da cidade.

3 - O Comissário Lin visita Macau.

4 - Batalha dos Juncos. Elliot abre fogo sobre os juncos chineses que cercavam Hong Kong.

6 - Proclamação de Lin cortando o abastecimento e impedindo a saída dos ingleses de Hong Kong.

12 - Elliot propõe a Silveira Pinto, Governador português, que Macau se torne o centro do comércio britânico e pede-lhe que dê refúgio aos mercadores britânicos.

14 - Silveira recusa o pedido de Eliot.

## **Outubro**

1 - Petição de noventa e seis firmas a Lord Palmerston sobre a situação na China.

4 - Nova petição de firmas de Leeds e de Liverpool (que referem o aumento da pressão por parte dos comerciantes).



## **Novembro**

3 - Data geralmente aceite como o início da Primeira Guerra do Ópio. Batalha de Chuenpee: as autoridades chinesas começam a exigir a mercadores britânicos que assinem um compromisso de honra. Elliot manda apreender o compromisso assinado porque colocava o princípio do comércio livre em causa e inferiorizava a Grã-Bretanha.

## **Dezembro**

6 - As autoridades chinesas proíbem a estada de qualquer súbdito britânico em Macau.

27- Na sequência de um pedido do Procurador de Macau, o Superintendente da Alfândega de Cantão permite o aumento da franquia de chá para Macau.

## **1840**

### **Janeiro**

23 - Os britânicos desembarcam em Macau e passam a residir na cidade.

31 - Chegada do Tao-Tai a Macau onde comunica ao Procurador que pretende fechar o porto de Macau, suspender o comércio, retirar todos os chineses e expulsar os britânicos pela força.

### **Fevereiro**

1 - Comunicado Imperial que pretende acalmar as comunidades chinesas e estrangeira, afirmando que as autoridades sónicas só pretendem cercar e prender os ingleses.

4 - A corveta inglesa *Hyacinth* força a barra e entra no porto de Macau.

6 - Chega a Macau o enviado espanhol para exigir explicações pela destruição de um brique espanhol.

11 - Edital publicado em Cantão mandando parar o comércio de Macau e destruir a cidade porque as autoridades portuguesas permitiam a presença de Elliot.

19 - O Procurador português responde à ameaça chinesa afirmando que Macau se encontra preparada para repelir qualquer tentativa por parte dos chineses de tomarem a cidade.

26 - O Procurador reclama às autoridades chinesas pela redução do fornecimento do chá.

29 - Nova reclamação por parte do Procurador exigindo explicações sobre desordeiros chineses que atacam pessoas na rua do Tronco.

### **Março**

20 - Edital chinês reabre o porto de Macau.

### **Mai**

Lord Palmerston ameaça tomar Goa e Macau caso as exigências britânicas não sejam atendidas.

22 - O navio *Hellas* rende-se a oito juncos piratas com graves baixas na tripulação britânica.

### **Junho**

A expedição militar britânica chega a Cantão. O Delegado Imperial Lin exorta o povo chinês a aniquilar os “demónios estrangeiros”.

### **Julho**

15 - Forças britânicas atacam certos pontos de Zhoushan, ocupando-a em seguida.

### **Agosto**

6 - É preso em Macau o mercador Stanton, suspeito de negociar ópio. Devido ao tratamento que recebeu das autoridades chinesas, Stanton está na origem das queixas britânicas contra a China por maus tratos a presos de guerra e civis.

19 - Batalha de Barrier: corvetas inglesas atacam defesas e navios chineses próximo do istmo de Macau, afirmando mais tarde que tinham salvado a cidade de um ataque chinês eminente, situação que gera um pequeno incidente diplomático com o Governador de Macau.

30 - Iniciam-se as negociações entre as autoridades chinesas e britânicas.

## **Dezembro**

6 - Ofício do Comissário KeShen advertindo Tao-Tai que a vinda dos ingleses para Macau não deve ser hostilizada pelas guarnições chinesas.

## **1841**

### **Janeiro**

7- Circular de Charles Elliot anunciando o retorno das hostilidades devido a interrupção das negociações.

20 - Circulares de Elliot a declarar que a China era obrigada a entregar Hong Kong e a pagar uma indemnização, e assegurando que recorreria a todos os meios para assegurar as exigências britânicas.

26 - Britânicos ocupam Hong Kong.

### **Fevereiro**

11 - Chega a Cantão o Decreto Imperial rejeitando as concessões aos britânicos.

16 - Abertura dos portos de Hong Kong e Dinghai ao comércio internacional.

19 - Elliot avisa o Governador português de Macau sobre a reabertura das hostilidades e avisa que qualquer ato praticado pelos chineses contra os súbditos britânicos será entendido como quebra da neutralidade.

25 - Reatar das hostilidades entre forças britânicas e chinesas. As fortalezas da Boca do Tigre, e os baluartes de Cantão ficam na posse das forças britânicas.

### **Março**

10 – Aviso britânico que nenhum navio pode entrar no porto de Cantão sem autorização prévia, pois o porto encontrava-se ocupado militarmente pelos britânicos.

12 - QiShan cai em desgraça, é levado acorrentado para Pequim, é condenado à morte, acabando exilado (tendo, mais tarde, um papel relevante na revolta Taiping).

20 - Circular Imperial ordena aos súbditos chineses que exterminem os “bárbaros ingleses”.

### **Abril**

6 - Convenção entre Sir John Francis Davis e o vice-rei de Cantão.

15 - É publicado, em *O Português na China*, a ordem que demite QiShan por ter negociado com os britânicos.

21 – Carta enviada por Palmerston a Elliot que chama a atenção por não ter usado toda a sua força contra a China.

### **Mai**

9 - Questionamento por parte das autoridades portuguesas sobre um elevado número de lorchas de pescadores no rio de Macau, adquirindo a tripulação de algumas delas armas.

10 - Chineses atacam barcos britânicos e pilham as feitorias de Cantão.

14 - Sir Henry Pottinger é nomeado pela rainha britânica Superintendente Britânico na China.

22 – Invasão e pilhagem de feitorias estrangeiras em Cantão.

Proclamação de Elliot avisando que, caso as tropas chinesas de outras províncias não abandonassem a cidade, os britânicos tomariam a cidade.

25 - Forças britânicas cercam Cantão.

27- Os britânicos levantam o cerco a Cantão sobre o pagamento de seis milhões de pesos. Comunicação chinesa permitindo o abastecimento da comunidade britânica.

### **Junho**

5 – Circular britânica informando um novo cessar das hostilidades e impondo novas exigências às autoridades chinesas.

10 - Circular britânica a incentivar a fixação dos súbditos britânicos em Hong Kong, e informando que o rio de Macau era mais perigoso, logo era imprudente a navegação nele.

## **Julho**

16 - Comissários Imperiais declaram a abertura do porto de Cantão aos britânicos.

19 - Nova tentativa britânica de entrar em Macau.

## **Agosto**

21 - Inicia-se uma nova ofensiva britânica a norte.

26 - Os britânicos capturam a cidade de Amoy.

## **Outubro**

1 - Forças britânicas ocupam Dinghai.

3 - Instala-se um governo militar britânico em Dinghai até que as autoridades imperiais aceitem as exigências britânicas.

13 - Britânicos ocupam Zhenhai e Ningbo.

## **Dezembro**

18- O procurador de Macau reclama, junto do Hopu de Cantão, das dificuldades da exportação do chá.

## **1842**

### **Janeiro**

Forças britânicas regressam ao sul.

8 - Um edital do Leal Senado proíbe a admissão de peças de artilharia ou qualquer outra peça militar na alfândega.

### **Abril**

6 - Convenção assinada por Francis Davis e pelo Vice-Rei que prevê a abertura de Cantão ao comércio europeu no período de dois anos.

### **Mai**

6 - As forças britânicas deixam Ningbo.

18- As forças britânicas vencem a batalha de Chapoo.

### **Junho**

16 - Os britânicos vencem a batalha de Woosung, que lhes permite avançar sobre Xangai.

19 - Os britânicos ocupam Xangai com pouca resistência.

### **Julho**

3 - Tratado de Comércio entre Portugal e a Grã-Bretanha.

### **Agosto**

29 - Tratado de Nanquim.

### **Dezembro**

3 - Distúrbios populares em Cantão, praticados por chineses contra estrangeiros.